

RELATÓRIO DE AÇÕES DE EQUIDADE

2022



RELATÓRIO DE AÇÕES DE
EQUIDADE

2022

SENADO FEDERAL

Mesa Diretora

Biênio 2023/24

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

Primeiro-Vice-Presidente

Rodrigo Cunha (União Brasil - AL)

Segundo-Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT - SE)

Primeiro-Secretário

Senador Weverton (PDT - MA)

Segundo-Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB- RR)

Terceiro-Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS - RN)

Quarto-Secretário

Iana Trombka

Diretora-Geral

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa

Ficha Técnica

Márcio Tancredi

Diretor Executivo de Gestão

Stella Maria Vaz Santos Valadares

Coordenadora do Comitê Permanente

Equipe Técnica

André Mendonça Cândido

Antonia Ladyjane Nascimento da Silva

Carlos Roberto Marcelino

Christian Caetano de Lima

Gláucia Porfíria Andrade

Lola Mascarenhas Dal Moro

Ludmila Neves Barbosa da Silva

Luí Teixeira Oliveira

Maria Terezinha Nunes

Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal

(Portaria da Diretoria-Geral 326, de 2022)

Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça - GT Raça

(Portaria da Diretoria-Geral 327, de 2022)

Diagramação e arte

Secretaria de Editoração e Publicações

RELATÓRIO DE AÇÕES DE
EQUIDADE
2022



Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Relatório de ações de equidade de gênero e raça do Senado Federal. -- Brasília : Senado Federal, Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, 2022.

154 p. : il., fots., gravs. color.

1. Equidade, Brasil, relatório, 2022. 2. Igualdade de gênero, Brasil. 3. Igualdade de oportunidades, Brasil. 4. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, política social. I. Título.

CDD 353.53

8	JANEIRO
11	FEVEREIRO
16	MARÇO
44	ABRIL
54	MAIO
74	JUNHO
93	JULHO
106	AGOSTO
118	SETEMBRO
130	OUTUBRO
136	NOVEMBRO
151	DEZEMBRO

SUMÁRIO



AÇÕES





JANEIRO

2022

Dia da Visibilidade Trans pela necessidade de direitos aos transgêneros, transexuais e travestis



No dia 29 de janeiro, é comemorado o Dia da Visibilidade Trans no Brasil, um marco contra a transfobia, que representa a discriminação e o preconceito contra os transgêneros, transexuais e travestis. Maria Terezinha Nunes, coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal, destacou os desafios enfrentados na luta pelo respeito às múltiplas identidades de gênero.

Um importante direito foi conquistado com o decreto nº 8.727/ 2016, que estabeleceu o reconhecimento do nome social nas repartições e órgãos públicos federais, a fim de garantir a identidade de gênero. O nome social é aquele pelo qual uma pessoa se apresenta e quer ser reconhecida socialmente, ainda que não tenha retificado os documentos civis.

A população representada pela letra T na sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis, queer e questionando, intersexo, assexuais e mais) tem uma expectativa de vida de apenas 35 anos no Brasil. O dado é da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Em 2020, primeiro ano da pandemia, o relatório da entidade contou ao menos 175 assassinatos contra a população T, 41% a mais que os registros de 2019. No primeiro semestre de 2021 os números voltaram às médias dos anos anteriores, o que ainda exige atenção, segundo a entidade.

Livro sobre liderança feminina conta com quatro coautoras do Senado



Clarissa Ribeiro, Cláudia Nogueira, Glauciene Lara e Juliana Borges assinam artigos do livro *Elas na Liderança! Desenvolvendo uma gestão mais humanizada*. A obra, lançada em janeiro de 2022, reuniu textos escritos por mulheres que são referência no setor público, privado e no terceiro setor.

Cláudia e suas alunas falaram no livro sobre liderança a partir do olhar feminino, atentas ao profissional tanto quanto ao pessoal. Além disso, elas nomearam estratégias e contaram experiências para inspirar muitas outras profissionais.

No livro, Cláudia conta sobre o trabalho desenvolvido no Senado e faz um balanço dos resultados, mostrando como possibilitou um avanço na percepção das participantes em relação à qualidade da liderança exercida. Glauciene escolheu falar sobre sua trajetória na liderança e como essa ideia de que ainda não era suficientemente boa para algo, a “síndrome da impostora”, precisou ser identificada e modificada para ganhar mais segurança enquanto gestora. Clarissa também buscou encorajar mulheres em seu artigo, especialmente as mais jovens que assumem cargos de liderança no serviço público. Ela conta de sua experiência pessoal, já que assumiu seu primeiro cargo aos 28 anos, já na Biblioteca do Senado Federal.

Juliana, que lidera equipes no Senado há mais de 10 anos e hoje é coordenadora-geral de gestão da Secretaria de Relações Públicas e Comunicação Organizacional (SRPCO), contou seu difícil início como líder no ambiente profissional. Em seu artigo, ela compartilha um conhecimento que adquiriu ao longo dos anos e esclarece o conceito de “salário emocional”.



FEVEREIRO

2022

As dicas de Daniel de Souza combinam reflexão sobre racismo com literatura e entretenimento



Daniel de Souza, coordenador-geral de Comunicação Organizacional da Secretaria de Relações Públicas e Comunicação Organizacional (SRPCO), convida você a se acalmar e abrir um bom livro. No caso, *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior (2019), que faz um retrato do Brasil após a abolição da escravatura com muita poesia no texto.

Sua segunda indicação é a minissérie *Colin em Preto e Branco* (Colin Kaepernick e Ava DuVernay, 2021), que conta a história do atleta de futebol americano Colin Kaepernick e como o racismo afetou sua vida.

Senado celebra os 90 anos do voto feminino no Brasil

A conquista do voto feminino completou 90 anos em fevereiro de 2022. Trata-se de um marco histórico nos direitos e graças à luta de grandes mulheres é que hoje todas podem exercer o seu papel de cidadãs e votar e serem votadas. Tendo em vista essa comemoração, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, realizou uma live pelo Instagram no dia 23 de fevereiro com a convidada Isabela Rahal, coordenadora de parcerias da ONG Elas no Poder.

Ao observarmos as estatísticas sobre o eleitorado brasileiro, notamos que a maioria é feminina (52,35%),

porém, quando o quesito é representatividade em cargos eletivos, as mulheres são minorias. No total, elas representam 15% dos assentos na Câmara dos Deputados e 16% no Senado Federal.

De acordo com a diretora-geral, a *live* foi um momento de reflexão sobre quais são os avanços e lutas que ainda existem pelo direito político das mulheres.



IMAGEM: INSTAGRAM ILANA TROMBKKA

Roda de Leitura Virtual: Os 90 anos do voto feminino no Brasil no contexto do bicentenário da Independência

A roda de leitura foi realizada através da plataforma Zoom e contou com Maria da Conceição Lima Alves e Lunde Braghini como mediadores.

Além disso, serviu como uma comemoração dos 90 anos de conquista do voto feminino, em 24 de fevereiro de 2022, o que coincide com o ano em que comemoramos o bicentenário da Independência e vários centenários importantes. Podemos e devemos nos perguntar como teria sido a história do Brasil se as mulheres tivessem votado desde o início. Quantos de nossos problemas políticos não são impasses republicanos derivados da tentativa de construir uma república para poucos e não para todos?



Dia da Justiça Social: cota para mulheres em vulnerabilidade atende proposta da ONU



IMAGEM: ADOBE STOCK

As ações inclusivas do Senado estão alinhadas com as propostas da Organização das Nações Unidas (ONU) para um mundo mais justo. No dia 20 de fevereiro, foi celebrado o Dia Mundial da Justiça Social e o tema proposto pela entidade global para 2022 foi o emprego formal como meio de reduzir desigualdades. Uma das iniciativas mais notórias da Casa é a oferta, desde 2016, de uma cota de 2% dos contratos de terceirização para mulheres em situação de vulnerabilidade devido à violência doméstica.

A ação pioneira foi replicada na administração pública e consta inclusive na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (**Lei nº 14.133/2021**), sancionada e publicada em 1º de abril de 2021.

Projeto Racismo em Pauta - Artigo: Migrações e o caso Moïse: reflexões sobre o racismo estrutural brasileiro



A história das migrações confunde-se com a história da própria humanidade. As motivações para os movimentos migratórios são variadas e podem ser compreendidas entre aquelas voluntárias e suas homônimas compulsórias, compreendidas por muitos como “migrações forçadas”.

A expressão “migrações forçadas” geralmente abrange diferentes tipos de deslocamento ou movimento involuntário, e pode se referir a pessoas que cruzam fronteiras internacionais ou ao deslocamento dentro do território de um mesmo país. Este termo, que engloba uma ampla gama de fenômenos, no entanto, não é legal e não é unânime. As motivações para as “migrações forçadas”, contudo, são bastante difundidas: fome, guer-

ras, catástrofes climáticas e perseguições políticas são algumas delas.

Deve-se notar que os refugiados, por outro lado, são claramente definidos pelo direito internacional. Nesse contexto, a rotulação dessas pessoas como “migrantes forçados” chama a atenção para as necessidades específicas desse grupo e para as obrigações legais que a comunidade internacional concordou em lhes impor. A ACNUR privilegia a disseminação do conceito de movimentos de refugiados e migrantes em vez do termo “migrações forçadas”.

Moïse Mugenyi Kabagambe, congolês brutalmente assassinado por espancamento no Rio de Janeiro no início de 2022, era um desses refugiados. Chegou ao Brasil em 2011, aos treze anos, junto com três de seus onze irmãos. Os congolese fogem de seu país devido a uma guerra civil que gera massacres, mortes a machadadas, estupros, tráfico humano, doenças e desnutrição. O pai de Moïse foi uma das pessoas que morreram na guerra, conforme [relatou à imprensa](#) o irmão de Moïse, Moises Ereka.

O Brasil é um dos países do mundo que mais acolheu refugiados e outros migrantes ao longo de sua história. Mesmo antes de sua independência política em

relação à Coroa portuguesa, já era destino de um dos movimentos mais intensos de migrantes que deixaram compulsoriamente as regiões em que nasceram por meio do tráfico negreiro ultramarino. Em mais de três séculos, navios portugueses ou brasileiros embarcaram pessoas escravizadas em quase 90 portos africanos, fazendo mais de 11,4 mil viagens negreiras, das quais 9,2 mil se destinaram ao Brasil, de acordo com dados da *Trans-Atlantic Slave Trade Database*.

O levantamento foi possível porque, no período em questão, pessoas escravizadas, independentemente de sua origem étnica, eram consideradas mercadorias, registradas na entrada e na saída de portos, sobre as quais incidia a cobrança de impostos. Ao longo do século XIX, à medida que se desmantelava o instituto da escravidão em território brasileiro, organizou-se a reconhecida “ideologia do branqueamento”, segundo a qual era necessário “embranquecer” o país, já que a pele escura era considerada uma característica fenotípica ruim pelas elites políticas da época. André (2008) entende que o “embranquecimento”, viabilizado por meio da miscigenação, estruturou-se em três formas de ação:

1. A violência sexual praticada pelos senhores de escravos em mulheres negras e indígenas (para elucidar a triste e absurda assertiva: mulheres foram estupradas com o objetivo de clarear a população);

2. Os casamentos fora do âmbito religioso; e

3. A chegada voluntária e estimulada de imigrantes europeus ao país, com o apoio do Estado, que os amparava com possibilidades de trabalho e moradia.

A diferença de tratamento entre pessoas escravizadas – majoritariamente negras e, em menor proporção, indígenas – e os beneficiários da “ideologia do embranquecimento” representa uma das principais origens do racismo estrutural brasileiro, que se reproduz, atualmente, no cotidiano de estrangeiros que chegam ao país. *“No Brasil se verifica este acúmulo de discriminação. O migrante de pele escura sofre de um componente a mais, o racismo. Não são somente os migrantes da África, mas peruanos, bolivianos e venezuelanos são discriminados pela origem indígena”, explica a advogada Vera Gers.*

O brutal assassinato do irmão Moïse Mugenyi Kaba-gambe apenas pode ser compreendido nesse contexto.

Artigo de Henrique Salles Pinto, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, Consultor Legislativo do Senado Federal, doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, com pós-doutorado em Ciência Política pela Universidade de Paris-Saclay.



MARÇO

2022

Palestra virtual: Etarismo e Carreira como Desafios Femininos



A palestra “Etarismo e Carreira como Desafios Femininos” foi realizada dia 7 de março e contou com a

presença da idealizadora e consultora da Longeva Juliana Seidl com transmissão pelo canal da Escola da Câmara no YouTube. A moderação foi feita por Juliana Werneck, integrante do comitê Pró-Equidade da Câmara dos Deputados.

O evento, promovido pelo Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), Tribunal de Contas da União (TCU) e Senado Federal, serviu para responder às perguntas: Você já ouviu falar sobre etarismo? Sabe como ele impacta a carreira principalmente das mulheres? Sabia que existem 4 tipos de idade?

Abertas inscrições para curso de liderança para mulheres



Em março foram lançadas as inscrições para o terceiro curso de mentoria: *Liderança Corajosa e Gentil*, ministrado por Cláudia Nogueira, da Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (Cotren). A experiência teve como público-alvo servidoras que ocupam cargo de chefia e aconteceu de 25 de março a 8 de julho, em formato on-line, pela plataforma Microsoft Teams.

Cláudia afirmou que um dos objetivos do curso era aumentar a segurança das mulheres ao ocuparem cargos relevantes.



No Quadradinho da Intra - 08 de março

Senado participa do 2º Encontro Nacional de Procuradorias da Mulher



IMAGEM: BILLY BOSS/CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Senado esteve presente no 2º Encontro Nacional de Procuradorias da Mulher, para debater os avanços já conquistados e as metas a serem atingidas nos próximos anos. A Procuradora Especial da Mulher no Senado, Leila Barros (Cidadania-DF), abriu o evento citando o conflito entre Rússia e Ucrânia e pedindo a construção de mais espaços para parlamentares do sexo feminino. Ela destacou que duas guerras mundiais aconteceram no período em que mulheres estavam apartadas da política.

O evento foi conduzido pela procuradora da mulher na Câmara, deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), e contou com a presença de diversas procuradoras e especialistas para enriquecer as discussões.

Durante o encontro, foram apresentadas as cinco principais atribuições das Procuradorias da Mulher:

- **Proteger os direitos e dignidade das mulheres;**
- **Garantir maior representatividade das parlamentares em órgãos e atividades;**
- **Fiscalizar e acompanhar os programas de governo;**
- **Cooperar com organismos estaduais e nacionais na promoção dos direitos da mulher;**
- **Receber denúncias e atuar contra todo tipo de violência e discriminação.**

Palestra virtual e roda de conversa com Djamila Ribeiro

A filósofa, feminista negra, escritora e acadêmica Djamila Ribeiro conduziu a palestra virtual sobre *Lugar de fala e valorização da pluralidade: por que esse discurso interessa a todos?*

A Roda de Conversa *Liderança Feminina e Diversidade nas Organizações* contou com a presença de Ana

Paula Pereira (TCU), Ilana Trombka (Senado), Maira de Brito (Câmara), Marcela Timóteo (TCU) e Adriano Amorim (TCU). A transmissão foi pela Plataforma: YouTube TCU.

IMAGEM: CANAL TCU YOUTUBE

Roda de Conversa Liderança Feminina e Diversidade nas Organizações

Palestra

- **Lugar de fala e valorização da pluralidade: por que esse discurso interessa a todos?**
- Dia 08/03 às 14h



Djamila Ribeiro
Palestrante



Ana Paula Pereira
TCU



Ilana Trombka
Senado



Maira de Brito
Câmara



Marcela Timóteo
TCU

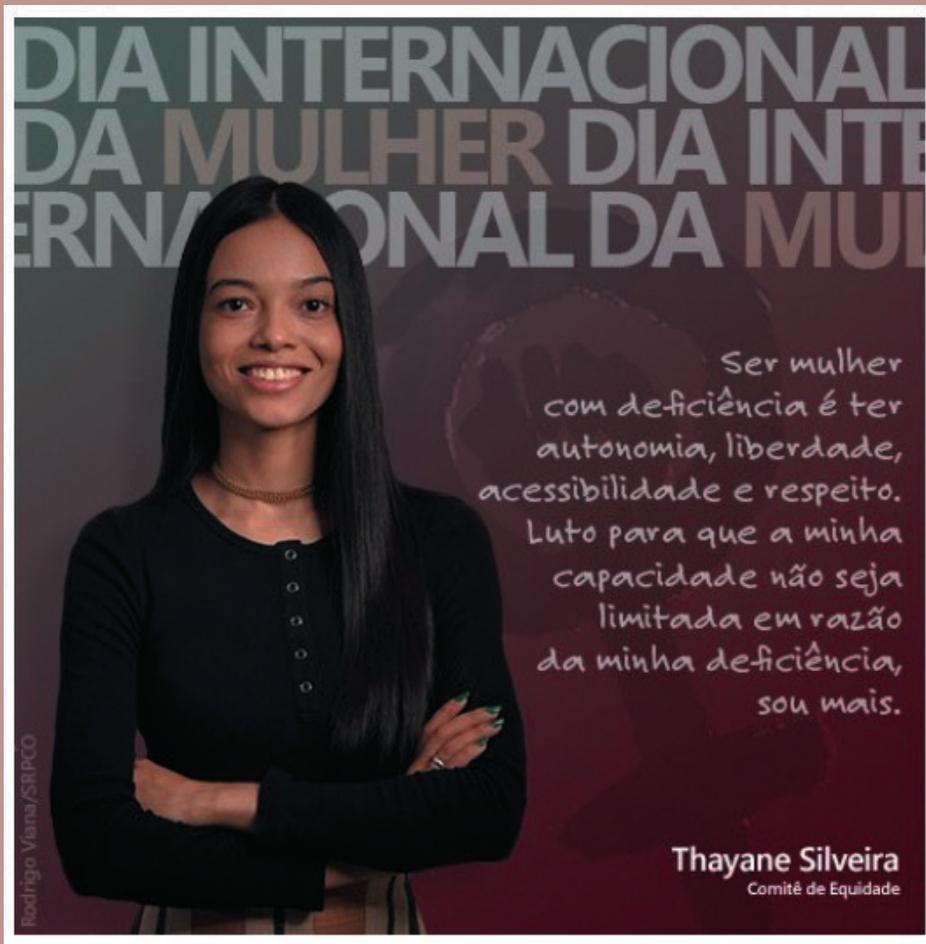


Adriano Amorim
TCU

SENADO FEDERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TCU TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



No Quadradinho da Intra - Thayane Silveira
- Março Mulheres

Dia Mundial da Obesidade serve de alerta e conscientização contra o preconceito



IMAGEM: ADOBE STOCK

O Dia Mundial da Obesidade, lembrado em 4 de março de cada ano, serve tanto para alertar sobre o distúrbio quanto para combater o preconceito com quem está acima do peso. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é uma doença crônica que afeta cerca de 2,5 bilhões de pessoas no mundo. Estima-se que, até 2025, ela pode comprometer a saúde de mais 700 milhões de adultos.

Larissa Rocha, do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), explicou que, historicamente, pessoas obesas têm sido julgadas por sua condição, até mesmo por profissionais da saúde. Ela

orientou que, em geral, não se deve interpelar outras pessoas a respeito do tamanho ou formato do corpo, assim como é importante evitar questionamentos sobre emagrecer ou engordar. Segundo ela, não é bom considerar o corpo magro como símbolo de sucesso e ter dó da pessoa com quilos a mais e cita como exemplos de gordofobia a inadequação de espaços públicos para corpos maiores (como assentos de avião, catracas de ônibus e carteiras escolares); menor ascensão de pessoas gordas a cargos mais elevados; e menor disponibilidade

de roupas em tamanhos maiores.

Além disso, o envolvimento dos setores público e privado na prevenção e tratamento da obesidade é importante para promover comportamentos saudáveis. Ela também orienta que os indivíduos devem adotar medidas de controle do próprio estresse, do sono, consumir mais alimentos naturais e cuidar da saúde mental.

Para obter um diagnóstico, segundo a servidora, é preciso buscar profissionais especializados sobre o tema e que estejam alinhados contra o estigma do peso. Conforme Larissa, é comum que alguns médicos reproduzam preconceitos ao lidar com a questão.

Senadoras e deputadas celebram Dia Internacional da Mulher no Salão Negro

Senadoras, deputadas e representantes de entidades sociais estiveram reunidas no Salão Negro do Congresso Nacional para celebrar o Dia Internacional da Mulher. O evento contou com participação especial do corpo feminino da banda da Força Aérea Brasileira, que reproduziu sucessos da música nacional.



abriu a solenidade com um discurso pró-equidade de gênero e com clamor para que as desigualdades sociais e econômicas sejam combatidas com veemência.

A coordenadora-geral da bancada feminina na Câmara, deputada Celina Leão (PP-DF), foi outra a discursar. Ela se disse lisonjeada por compartilhar o mesmo nome da primeira eleitora a votar no Brasil, a professora Celina Guimarães Viana, em 5 de abril de 1928. A deputada lembrou dos altos índices de violência contra as mulheres registrados no país.

A parlamentar Eliziane Gama (Cidadania-MA), líder da bancada feminina no Senado,

Senado assina acordo com governo federal para alavancar mais mulheres na política



O Senado assinou um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH) no âmbito do projeto *Mais Mulheres no Poder*, instituído pelo governo federal através da portaria 2.027, de 26 de agosto de 2020. A diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, compareceu à solenidade e discursou pelo avanço das políticas inclusivas.

O acordo assinado prevê, entre outras coisas, que servidores do Senado podem atuar como voluntários em ações de capacitação do ministério. Em contrapartida, a pasta assegura a presença de colaboradores do seu quadro para iniciativas do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). A parceria é válida por 60 meses a partir da assinatura, mas pode ser prorrogada pelo mesmo período, se as partes assim quiserem.

Cúpulas do Congresso ganham iluminação especial em homenagem às mulheres

No Dia Internacional da Mulher, celebrado em 8 de março, o Congresso Nacional ganhou uma iluminação especial que permaneceu durante todo o mês. Representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal participaram da solenidade, que fez parte da campanha *Março Mulher*.

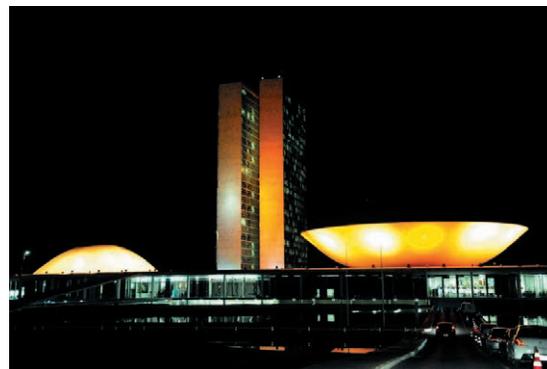


IMAGEM: JONAS FERREIRA/AGÊNCIA SEMIADO

Live sobre políticas públicas para mulheres, com Glória Guimarães e Ilana Trombka

Também no mês de março, a Memora Processos Inovadores realizou um bate-papo com Glória Guimarães, presidente da Ayo Group, e Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal. Elas debateram sobre políticas públicas para mulheres e Ilana contou sobre os estigmas que perseguem as mulheres e a importância de rompermos as antigas concepções sobre o papel feminino na sociedade para desenvolver políticas públicas efetivas que transformem a vida das mulheres em todo o Brasil.



IMAGEM: YOUTUBE/MEMORA PROCESSOS

Servidoras falam sobre liderança no Conselho Nacional do Ministério Público

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) promoveu o evento *Elas na Liderança*, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. As palestrantes foram as servidoras do Senado Cláudia Nogueira, mentora de liderança do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), e Juliana Borges, coordenadora-geral de gestão da Secretaria de Relações Públicas e Comunicação Organizacional (SRPCO).

A motivação no serviço público foi o tema principal abordado por Juliana, que também ressaltou em sua fala a importância da troca de experiências na formação de mulheres líderes.

Em sua palestra, Cláudia mostrou dados que demonstram a distância entre a situação de igualdade de gênero proposta no texto constitucional e a realidade existente no serviço público. Para reduzir essa disparida-



IMAGEM: AGENCIO CNMP

de na Casa, foi criada a *Mentoria de Liderança Corajosa e Gentil*, curso com foco na formação de gestoras. Essa iniciativa, integrante do Plano de Equidade de Gênero e Raça, contribui para que cada vez mais mulheres se sintam fortalecidas e seguras no exercício da liderança.

Cláudia Nogueira traz suas dicas para uma liderança corajosa e gentil

Em 11 de março, foi Cláudia Nogueira, servidora da Cotren - ILB, quem trouxe as dicas de sexta. A primeira delas é a série *Borgen* (Adam Price, 2010), uma aula sobre liderança a cada episódio. A segunda é o livro *A Coragem para Liderar: trabalho duro, conversas difíceis, corações plenos*, da Brené Brown (Best Seller, 2019), um manual para quem deseja chefiar com empatia.



Lançamento da Rede Equidade reúne 11 instituições por mais diversidade

Foi lançada, no dia 11 de março de 2022, a Rede Equidade, um grupo formado por 11 instituições públicas federais que se unem



IMAGEM YOUTUBE TV SENADO

para implementar e potencializar ações relacionadas à inclusão e à diversidade, além daquelas que se

referem à equidade de gênero e raça. O evento foi transmitido ao vivo pelo YouTube da TV Senado.

O Senado, por ter liderado a iniciativa, se tornou a primeira instituição a coordenar o grupo. Futuramente, a coordenação funcionará em caráter rotativo entre todas as entidades que compõem a Rede: Câmara dos Deputados; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério Público do Trabalho (MPT); Superior Tribunal de Justiça (STJ); Tribunal de Contas da União (TCU); Tribunal Superior Eleitoral (TSE); e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT).

A ideia de reunir as instituições surgiu em março de 2021, a partir de uma proposta da Diretoria-Geral do Senado e do Comitê Permanente pela Promoção

da Igualdade de Gênero e Raça, coordenado por Maria Terezinha Nunes. Ilana Trombka, diretora-geral da Casa, reconheceu o trabalho do Comitê e afirmou que esse é um momento muito emblemático.

Palestra Senado Sem Assédio - Março Mulheres

Palestra realizada dia 18 de março para as(os) estagiárias(os) do Senado Federal que tinham interesse em saber como reconhecer e enfrentar situações constrangedoras e ajudar a estabelecer um ambiente livre de assédio moral e sexual no ambiente profissional. A palestra virtual Senado Sem Assédio foi um evento interno realizado nos turnos matutino e vespertino.





No Quadrado da Intra - Valneide dos Santos - Março Mulheres

Vida de pescadoras nos manguezais é retratada em documentário



- A TV Senado exibiu o documentário *Mulheres das Águas*, que retrata a vida e as lutas das pescadoras nos manguezais do Nordeste do Brasil. O modo de vida e a sobrevivência de suas famílias estão ameaçados pela poluição de grandes indústrias e pelo turismo predatório. O filme narra o engajamento e a resistência dessas mulheres em busca da preservação e da demarcação dos territórios pesqueiros e mostra, também, a luta por melhores condições de trabalho e a mobilização pelos direitos sociais da comunidade.

Stella Vaz e as autoras mulheres

Confira as dicas que Stella Maria Vaz, coordenadora do Comitê de Equidade do Senado, trouxe no Já que é Sexta. A primeira sugestão dela, na verdade, foi uma dica que você pode incorporar para a vida: a Biblioteca do Senado faz publicações periódicas organizando bibliografias temáticas. Em março, a seleção de livros enumerou aqueles que tratam de mulheres na política. Ou seja, para quem quiser entrar no tema, já pode começar! Da lista, ela destacou o livro *Mulher Moderna* (Senado Federal, 2019), de Josefina Alvares de Azevedo, que foi tema de roda de leitura realizada pela Casa.

Outra dica faz parte da coleção da coleção *Escritoras do Brasil*, o livro *Dálías* (Senado Federal, 2021), de Auta

de Souza. Poemas de amor, saudade e religiosidade, escritos entre 1893 e 1897, estão presentes na publicação que foi a primeira escrita por uma autora negra.



Lançamento virtual do livro *Dálias* de Auta de Souza

No dia 18 de março foi realizado o lançamento virtual do livro *Dálias*, de Auta de Souza, oitavo volume da coleção *Escritoras do Brasil*, um resgate de mulheres que fizeram a diferença nas letras nacionais. Através da plataforma YouTube, pelo canal oficial da TV Senado, o evento contou com a presença de Ana Laudelina, Anderson Tavares e Stella Vaz.



O livro *Dálias* decorre de um manuscrito de Auta de Souza e representa um valioso resgate histórico. Com esta edição, a série contempla pela primeira vez uma escritora negra, a potiguar considerada a maior poeta da his-

tória do Rio Grande do Norte.

O jornalista Maurício Melo foi o anfitrião do programa, que teve início com a participação da di-

retora-geral da Casa, Ilana Trombka. Ela declamou uma das poesias da obra e discorreu sobre a atualidade que o texto ainda carrega.

Jornal de Brasília, De Fato, NOVO Notícias e Tribuna do Norte foram alguns dos portais que publicaram sobre o lançamento do livro. Além disso, a coordenadora do Comitê de Equidade do Senado, Stella Maria Vaz, participou de uma entrevista realizada pela Jovem Pan.

IMAGENS: BRUNO BOUGARD/DOMÍNIO PÚBLICO E YOUTUBE JOVEM PAN



Cine Debate - Filme: *A Filha Perdida* - Março Mulheres

Sob a temática de desconstruir mitos sobre o que é ser mulher, Ana Livia Babadopulos e Patrícia Abrantes coordenaram o cine debate realizado no dia 28 de março. Lançado em 2021 e produzido nos EUA e na Grécia, a diretora Maggie Gyllenhaal fez um filme de 1h21 em que as férias pacatas de uma mulher mudam de rumo

quando sua obsessão por uma jovem mãe hospedada nas proximidades traz à tona antigas lembranças.



Psicóloga Marina Vahle informa colaboradores sobre como identificar e denunciar assédio no trabalho

O Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida No Trabalho (SesoQVT) promoveu palestras para conscientizar colaboradores, em especial os novos estagiários na Casa, e discutir o assédio sexual e moral.

A psicóloga do SesoQVT, Marina Vahle, conduziu os trabalhos com apresentação do significado dos termos e dos modos de identificar quando alguém é vítima. Ela esclareceu, também, particularidades jurídicas e administrativas sobre o tema.

Marina exemplificou que assédio moral pode acontecer de um chefe contra os trabalhadores, dos trabalhadores com o chefe ou misto, quando superiores e colegas se juntam para tornar uma pessoa o alvo.

O assédio sexual, por sua vez, foi tipificado como uma prática criminosa pela Lei 10.224/2001, que incluiu o artigo 216-A no Código Penal. Porém, existe uma especificidade para configurar a prática como crime: o assédio deve ser proveniente de um superior hierárquico.



Projeto Racismo em Pauta - Artigo: Mulheres nos espaços de poder:

Estamos em março de 2022 e, apesar de todos os avanços obtidos nas últimas décadas em direção à igualdade de gênero, quando o assunto envolve mulheres nos espaços de poder, ainda não temos o que comemorar.

A sub-representação das mulheres na política é um problema de escopo internacional. Uma pesquisa da União Interparlamentar, realizada com 192 países, revelou que os únicos quatro países que já atingiram a paridade de gênero na política, tendo 50% ou mais de mulheres ocupando o poder Legislativo, são: Ruanda, Cuba, Nicarágua e México. O cenário é grave.

Essa mesma pesquisa mostrou que o Brasil ocupa a 145ª colocação no ranking de mulheres nos parlamentos. Na América Latina, apenas o Haiti possui menos mulheres parlamentares do que nós.

Tomando como referência o texto *O que explica a persistente sub-representação política das mulheres no Brasil?*, de autoria da deputada estadual Cristina Almeida (PSB-AP), é possível elencar três motivos: o financiamento desigual de campanhas, a ausência de mulheres nos cargos de liderança dos partidos e a violência política de gênero.

Cotas para candidaturas femininas

As cotas cumpriram um papel importante ao institucionalizarem a demanda de movimentos e ONGs feministas por mais mulheres na política. Organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), desde o início da década de 1990, têm estimulado a adoção desse tipo de ação afirmativa.

No caso brasileiro, as cotas promoveram um aumento da porcentagem de candidaturas femininas, que, desde 2014,

tem estado em torno dos 30% previstos em lei. No entanto, este aumento de candidaturas não tem se convertido em um crescimento equivalente de mulheres eleitas, o que demonstra os limites desta política.

Não se trata aqui de questionar a existência da lei de cotas, mas, pelo contrário, de pensar mecanismos que possam fortalecê-la. A pergunta correta é: por que, mesmo com a adoção das cotas, as mulheres continuam excluídas dos espaços de poder?

A sub-representação política das mulheres no Brasil não está relacionada à suposta falta de interesse des-



te grupo da população por política. As porcentagens crescentes de mulheres filiadas a partidos políticos e o histórico protagonismo feminino nos movimentos sociais demonstram o contrário.

Muitas pedras no caminho

A sub-representação feminina é, portanto, fruto do machismo estrutural, que cria entraves para o ingresso de mulheres nos cargos de poder. O texto da deputada Cristina Almeida destaca três destes obstáculos.

O primeiro deles é o financiamento eleitoral e partidário. As mulheres, especialmente as negras, recebem proporcionalmente menos dinheiro dos partidos e do fundo eleitoral para promoverem suas candidaturas do que os candidatos homens. Recursos financeiros e simbólicos são fundamentais para que as candidaturas femininas tenham visibilidade e viabilidade. Sem o apoio institucional dos partidos, é difícil que as mulheres obtenham sucesso eleitoral.

O segundo obstáculo está na ausência de mulheres nos cargos de liderança dentro dos partidos. Os líderes são aqueles que tomam as decisões sobre para onde e para quem irão os recursos partidários. Por isso, é importante que, mais do que criar secretarias da mulher, os partidos se comprometam internamente com a distribuição igualitária de poder.

Alguns partidos como PSB, PT e PSOL, por exemplo, contam com políticas internas de cotas para que mulhe-

res nos cargos de liderança, o que pode ser um caminho para diminuir a desigualdade de gênero intrapartidária.

O terceiro obstáculo está no que temos conceituado como violência política. Cito como exemplo o assédio sexual sofrido pela deputada estadual de São Paulo Isa Penna no final do ano passado. Ela teve seus seios apalpadados, sem consentimento, pelo também deputado Fernando Cury, durante uma sessão do plenário.

Outro exemplo emblemático de violência política de gênero foi o feminicídio da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco em 2018.

Além da violência física, há formas menos reconhecidas da violência política de gênero. Entre elas está a violência psicológica, que pode se expressar através de interrupções de falas, cortes de microfone, deslegitimação, apropriação de ideias e constrangimento. Já a desigualdade de recursos financeiros entre homens e mulheres pode ser classificada como violência patrimonial.

Diante dos obstáculos aqui elencados, podemos compreender os motivos da sub-representação política das mulheres e, a partir daí, construir alternativas para que esse cenário de exclusão, tão prejudicial para a nossa democracia, seja alterado.

Artigo de Valneide Nascimento dos Santos, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, Assessora Parlamentar na liderança do PSB, professora, administradora, contadora, bacharel em direito, pós-graduada em Estratégia Política, presidente do Instituto Nacional Afro Origem (INAO).

Biblioteca lança seleção de publicações que tratam do tema mulheres na política

Os *Boletins de Bibliografias selecionadas* são um produto da Biblioteca do Senado que organiza uma seleção de livros por temas. A publicação é periódica e já reuniu referências bibliográficas sobre diversos assuntos, como a Reforma da Previdência, o Pacto Federativo e a Lei Maria da Penha. Em março a edição enumera publicações que tratam de mulheres na polí-

tica. Esse foi o 8º volume do boletim em parceria com o Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado.

Dentre os livros selecionados, Stella Maria Vaz, coordenadora do Comitê de Equidade do Senado, destacou o livro *Mulher Moderna* (Senado Federal, 2019), de Josefina Alvares de Azevedo.



MARÇO MULHER MARÇO MULHER MARÇO MULHER MARÇO MULHER

Sou mulher guerreira, que 'arregaça as mangas' e não tenho tempo ruim. Criei meus filhos praticamente sozinha e sofri muitas dificuldades financeiras. Consegui vencer obstáculos, encarei, 'fui na raça'. Sou feliz, graças a Deus, com meus filhos, as minhas vitórias e meu trabalho! Sou uma mulher feliz, realizada!

Mazé
SEGP

Rodrigo Viana / S R PCCO



No Quadradinho da Intra - Mazé - Março Mulheres

Lançamento do Programa Mulher 50+



Foi lançado no dia 24 o Programa Mulher 50+, voltado para a discussão das questões relativas ao envelhecimento feminino. Uma roda de conversa, tendo como tema *"Sexo, relacionamento e trabalho: vida depois da menopausa"*, iniciou as atividades do programa.

A jornalista e escritora Mariza Tavares, autora do blog *"Longevidade: modo de usar"*, do portal G1, e do livro *"Menopausa: o momento de fazer as escolhas certas para o resto da sua vida"*, foi a entrevistada da Roda de Conversa.

Diploma Bertha Lutz homenageia Maria da Penha e reconhece luta pelos direitos das mulheres

Após dois anos sem a entrega do Diploma Bertha Lutz, em razão da pandemia de covid-19, 21 mulheres receberam a premiação na manhã do dia 23 de março, em sessão solene do Senado. A condecoração, que completa 20 anos, reconheceu a contribuição das agraciadas em defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero no Brasil e ainda prestou homenagem à farmacêutica bioquímica Maria da Penha.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que, ao lembrar do pioneirismo e luta da bióloga Bertha Lutz como figura central do movimento sufragista brasileiro, disse que a personalidade continua

até hoje a inspirar mulheres no caminho da autonomia e do respeito.

O evento, parte da comemoração do *Março Mulheres*, prosseguiu com a entrega do prêmio às agraciadas.



Vivian Malusá e os desafios da alma feminina

Vivian Malusá, do Serviço de Acervo (Seacer) da TV Senado, celebrou o mês das mulheres trazendo dicas de livros que viraram obras audiovisuais e que mostram os desafios de ser mulher em sociedades machistas e estruturadas no patriarcado.

A primeira foi o livro autobiográfico *Persépolis* (Cia. das Letras, 2000), escrito pela iraniana Marjane Satrapi. Em 2006 a própria autora dirigiu o filme homônimo, trazendo uma nova cadência para a história no audiovisual.

A outra dica contou com cinco indicações, divididas em duas partes. A primeira, a tetralogia de livros da autora Elena Ferrante publicados pela Editora Azul: *A amiga genial* (2011); *História do novo sobrenome* (2012); *História de*

quem foge e de quem fica (2013); e *a História da menina perdida* (2014). A segunda parte é a série televisiva *My Brilliant Friend* (HBO, 2018), que é baseada nessas obras.



Ilana Trombka e Toni Reis fazem live no Instagram para tirar dúvidas sobre o tema Respeito à diversidade

Para que as pessoas possam compreender mais sobre respeito à diversidade, Ilana Trombka realizou uma *live* em seu Instagram com a presença de Toni Reis, diretor-presidente da Aliança Nacional LGBTQIA+.



Liderança, gestão, política e a opinião pública

A diretora-geral do Senado Federal, Ilana Trombka participou, como palestrante, do evento promovido pela OAB-PE, em parceria com o Grupo Mulheres do Brasil, no qual abordou aspectos da liderança e sobre como é



possível empreender uma forma de gestão pública que melhore todo o ambiente da instituição e que também possa contribuir com mudanças importantes para a sociedade.

O evento, em formato híbrido, contou com a participação de Ingrid Zanella, vice-presidente da OAB-PE, Renata Berenguer, vice-diretora geral da ESA-PE, Luciana Pimentel, líder colegial do Grupo Mulheres do Brasil, Isabela Lessa, presidente da Comissão de Mulher Advogada da OAB-PE, e Priscila Krause, Deputada Estadual de Pernambuco.

Nas redes sociais, Ilana disse que “compartilhar conhecimentos e experiências são ações que nos permitem evoluir cada dia mais como sociedade. Demarcar uma trilha é abrir espaço para que todos possam chegar a um objetivo comum de forma mais rápida e clara.”

Machado de Assis e Auta de Souza em destaque no Autores e Livros

O Autores e Livros conversou com Luiz Antônio Aguiar sobre a obra “Mulheres de Machado”, coletânea da SESI-SP Editora que trouxe 17 contos dos mais de 200 que o escritor publicou ao longo da vida.

Especialista na obra machadiana, Luiz Antonio destacou a força e a importância das personagens femininas de Machado de Assis, como Helena, Marcela, Sofia e, é claro, Capitu. Ele comentou também sobre a atualidade dessas personagens.

O programa trouxe também a participação de Stella Vaz, bibliotecária do Senado Federal e Coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da



INSTAGRAM: PAOLO SENADO

Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. Ela falou sobre o mais recente volume da Coleção Escritoras do Brasil: Dálias, de Auta de Souza, escritora negra considerada a maior poeta da história do Rio Grande do Norte.

“Dálias” contém poemas de amor, saudade e religiosidade escritos por Auta de Souza entre os anos de 1893 e 1897. A obra completa é inédita, mas parte dos poemas foi inserida no único livro publicado em vida pela autora, Horto.



No Quadrado da Intra - Clarissa Ribeiro
- Março Mulheres

Senado aprovou diversos projetos da pauta feminina

De acordo com a Agência Senado, o mês de março foi marcado, no Senado, pela aprovação de medidas que garantem avanços na atualização de leis de proteção e apoio às mulheres. No período, foram aprovados no Plenário 16 projetos, que vão de iniciativas contra a violência doméstica e de incentivo ao empreendedorismo feminino à derrubada do veto presidencial à distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda. O resultado, segundo as senadoras, indica que este foi o período mais produtivo em relação à pauta feminina, quando comparado com anos anteriores.

Propostas que buscam garantir mais autonomia e ferramentas de incentivo para que as mulheres possam ter seu próprio meio de sustento estão entre os itens aprovados pelo Senado.

Se por um lado o avanço da pauta feminina tem sido motivo para comemoração, por outro as senadoras também avaliam que as conquistas podem ser ampliadas, com as mulheres coordenando as discussões e votações de outras temáticas, além da social.

Projetos aprovados	
PL 3717/2021	Determina que mães solo podem passar a ter prioridade de atendimento em políticas sociais e econômicas
PL 5.091/2020	Inclui o crime de violência institucional na <u>Lei de Abuso de Autoridade</u>
<u>PRS 54/2020</u>	Denomina como Redação Repórter Larissa Bortoni a sala da redação da Rádio Senado.
PLS 47/2012	Garante às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar atendimento prioritário em delegacias, hospitais e centros de assistência social.
PL 3.048/2021	Aumenta em um terço as penas de crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) cometidos contra mulheres. Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).
PL 4.287/2020	
PL 3.342/2020	Concede crédito de até R\$ 20 mil para mulheres empreendedoras das áreas de beleza, estética, vestuário, comércio de artigos femininos e alimentação que foram afetadas pela pandemia da covid-19.
PL 2889/2021	Proíbe aos planos de saúde exigir o consentimento do cônjuge ou do companheiro para que mulheres utilizem métodos contraceptivos.

Projetos aprovados	
PLS 47/2012	Garante às vítimas de violência doméstica e familiar atendimento prioritário em delegacias, hospitais e centros de assistência social.
PL 1.136/2019	Cria o Dia Nacional de Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher.
PL 4.147/2021	Incentiva ações nacionais de atendimento aos homens, em especial na área da saúde mental, para prevenção da violência contra a mulher.
PL 414/2020	Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose.
PLS 75/2012	Busca assegurar a assistência humanitária para a gestante que está presa.
PL 3.154/2019	Determina que todas as instituições de ensino do país terão que fazer campanhas de conscientização e prevenção da violência doméstica e familiar.
PL 3.946/2021	Estabelece regras e requisitos para o exercício de doula, profissionais que oferecem apoio durante a gestação e no parto.
PL 6.554/2019	Amplia o atendimento de atenção integral à mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na prevenção e no tratamento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal.
PRS 36/2021	Busca garantir maior participação feminina nas comissões do Senado.

Quando o assunto é menopausa, bem-estar deve ser a prioridade

A menopausa deve chegar para todas as mulheres. Não é difícil imaginar a importância do assunto, já que mais da metade da população brasileira é composta por elas, que em algum momento devem viver essa transição. Apenas em 2025, cerca de 1 bilhão de mulheres devem vivenciar essa fase.

A jornalista e escritora Mariza Tavares tem 63 anos e 2 livros publicados: Longevidade no cotidiano: a arte de envelhecer bem e Menopausa: o momento de fazer as escolhas certas para o resto da sua vida. A autora ressalta que as mulheres que vivem a menopausa representam uma força de trabalho e um mercado enormes, e que ganham cada vez mais visibilidade. A escritora também defendeu que, nesse momento, é essencial fazer uma parada para refletir sobre o estilo de vida que se leva.

É importante lembrar também que a menopausa chega quando a mulher está numa fase produtiva e que pode provocar falta de concentração ou irritabilidade. Para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, nessas horas, é preciso exercitar a empatia e o acolhimento, tanto em nome do bem-estar da mulher, quanto do equilíbrio do grupo onde ela trabalha.

Mariza destacou os benefícios de uma vida sexual ativa, entre eles alívio do estresse, melhora da circulação sanguínea e fortalecimento de músculos e do sistema imunológico.

Projeto Racismo em Pauta - Artigo: A 'invisibilidade' do racismo



Ao nos depararmos com o termo racismo, muitas pessoas, considerando o contexto social, dirão que a população brasileira já superou a questão da cor da pele e que já estamos em uma época de discutir somente questões de gênero e condição socioeconômica.

Essa visão reduzida de um processo que se perpetua por séculos simplifica de forma equivocada o sofrimento, o tolhimento e o constrangimento social a que a população negra é submetida cotidianamente.

A descrição de fatos estatísticos é importante, mas utilizarei o espaço aqui para relatar uma situação ocorrida comigo (uma mulher negra), no último dia 16 de março de 2022, em um posto de saúde de Brasília.

Fui levar minha filha para tomar a vacina de covid, uma senhora branca adentrou o ambiente e simplesmente desrespeitou a fila, ao julgar que ela poderia já dar o imunizante à filha dela, sem esperar as demais pessoas que estavam sentadas.

Até aí, uma situação desrespeitosa e corriqueira, comum em vários lugares do nosso país. Entretanto, quando ela percebeu que havia uma pessoa recebendo atendimento, resolveu olhar para o lado e viu uma menina branca sentada na minha frente.

A senhora olhou para os lados e perguntou para a mãe da menina se ela estava na fila. A mulher, de forma diligente, respondeu que sim. Na sequência, a senhora iria entrar na minha frente, ignorando a minha presença. Então eu lhe disse de forma muito respeitosa: “Com licença, estou logo após a mãe desta criança. Creio que a senhora está atrás de mim”.

Para meu espanto, ela não considerou a falta de respeito em não me perguntar se eu também estava na fila e replicou: “Ah... eu acho que realmente você deve estar na minha frente.” E se manteve em situação de desdém, ao olhar novamente para mim e para minha filha.

Por que relatei isso? Para demonstrar que a situação do negro, tratado muitas vezes como **um ser invisível**, não é algo que está apenas nas estatísticas. É, de fato, sentido na pele. Explícito ou **velado**, o racismo é **crime** e nunca deve ser tratado como um fato comum.

Os números somente retratam o que nós, negros, vivemos cotidianamente em nosso país. E mais, ser mulher e negra, é ainda mais difícil. Mas não podemos baixar nossas cabeças diante de tais situações. Devemos discutir sobre preconceito com nossos filhos e filhas.

Conversei longamente com minha filha e ela entendeu quão desrespeitosa foi a conduta daquela senhora no posto de saúde. E já que o respeito deve começar em casa, que tal discutir isso com as crianças?

O recente caso de **Moïse Mugenyi Kabagambe**, congolês brutalmente assassinado por espancamento no Rio de Janeiro no início de 2022, revelou o quanto o racismo tem o poder de banalizar a vida humana.

Espero que a leitura deste artigo estimule nas pessoas a prática de um olhar mais amplo, de maior compreensão e respeito ao próximo. Que tenhamos mais leveza no trato com as pessoas.

Artigo de Vanessa Martins de Rezende Ramos, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, servidora lotada no Serviço de Apoio Administrativo da Coordenação Administrativa Financeira.

Roda de Leitura: No ocaso, o descaso: a condição da mulher idosa no Brasil

No dia 31 de março, a Roda de Leitura Virtual, da Biblioteca do Senado, teve como tema “No ocaso, o descaso: a condição da mulher idosa no Brasil”.

A partir do conto “Crepúsculo”, da escritora e intelectual feminista Carmen Dolores (1852-1910), apre-

sentou-se o tema do envelhecer como fenômeno complexo e multifacetado na vivência das mulheres no Brasil, tendo como mediadoras Roberta Viegas e Roberta Assis.





ABRIL

2022

Protagonismo indígena e respeito às diferenças



Estreou na TV Senado *Baré: o povo do rio*, que conta a história da comunidade de etnia Baré, que se espalha pelas margens do Médio e Alto Rio Negro. Boa parte dos costumes dos antepassados ainda estão vivos entre os descendentes. Um exemplo disso é a preservação do cerimonial de iniciação da vida adulta. Parte das lendas e dos rituais estão no documentário *Baré: o povo do rio*. A transmissão pela TV Senado é uma forma de celebrar o Dia do Índio, em 19 de abril, e o Dia da Abolição da Escravidão dos Índios, comemorado no dia 1º de abril.

Lançado em 2015, no Brasil, sob direção de Tatiana Toffoli, o documentário tem duração de 62 minutos e foi produzido pela produtora SESC TV.

Gordofobia desestimula hábitos saudáveis e destrói autoestima

A gordofobia é o estigma que pessoas obesas sofrem pela aparência física. O tema é uma das preocupações do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), que desenvolve ações imediatas para abordar o assunto e planeja, para os próximos anos, expandir a discussão com rodas de conversa, exposições e novos espaços de acolhimento.

A servidora do SesoQVT Patrícia Abrantes explicou que atualmente o setor toca o programa Superando



Limites, para estimular atividade física e orientar os colaboradores sobre alimentação saudável. Ela destacou ainda a oferta de ginástica laboral presencial e virtual e a disponibilização de vestuários para quem vai ao trabalho a pé ou de bicicleta.

Apesar da importância do tema, Patrícia disse que a abordagem da gordofobia em ações da administração pública ainda é relativamente recente. No Senado, o preconceito foi abordado diretamente pela primeira vez no Plano de Equidade de Gênero e Raça de 2021-2023. Em 2021, o SesoQVT publicou artigos na Intranet e promoveu duas rodas de conversa a respeito.



No Quadrado da Intra - Dia dos Povos Indígenas

Projeto Racismo em Pauta - Artigo: Sabores indígenas nas mesas do mundo

Passeava pelo supermercado quando vi as ofertas de batata-inglesa e tomate italiano e percebi como é difícil para a nossa sociedade aceitar a origem indígena de alguns produtos. A batata 'inglesa' e o tomate 'italiano' são de origem indígena, basta reparar que seus nomes científicos são homenagens a Solano López, o líder paraguaio. A batata 'inglesa' se chama *Solanum tuberosum* e o tomate 'italiano' se chama *Solanum lycopersicum*. Tanto a batata quanto o tomate, como são hoje, foram desenvolvidos pelos incas por meio de cruzamentos e melhorias genéticas ao longo de séculos. Agora imagine o que seria o mundo sem a deliciosa batata frita? Ou as pizzas sem o molho de tomate? Ou o hambúrguer sem o ketchup?

Entre os alimentos de origem indígena, destaca-se o milho, extremamente importante para todos os povos indígenas, e especialmente para os maias, conhecidos como povo do milho. Há milho de várias cores, tamanhos e utilidades, o mais difundido é o milho amarelo. Assado, cozido, inteiro, moído... Dele são feitos o cuscuz, a pamonha, o angu, a canjica e, lá no sul do Brasil, a polenta, que se tornou um prato amado pelos imigrantes italianos. Quando vamos ao cinema, o filme fica melhor se tiver milho para acompanhar, ele vem estourado e temperado na forma de pipoca! A deliciosa pipoca é

consumida pelos povos indígenas há, pelo menos, nove mil anos.

Por todo o continente americano, menos no Brasil, o abacate é comido salgado, como salada ou como a cremosa guacamole. No Brasil ele pode ser feito puro, com leite ou limão e geralmente adoçado. Coisa parecida acontece com o açaí, que no Norte do Brasil é consumido puro com tapioca e peixe assado, mas virou



moda como uma opção de comida doce, com guaraná, banana e leite condensado. O próprio guaraná era originalmente usado como um pó energético antes de virar refrigerante. Visite uma região do Brasil e procure pelo refrigerante de guaraná fabricado localmente, é quase certo que haverá uma opção típica da lá.

O que seria de nossa mesa sem a mandioca e seus derivados, como a farinha de mandioca, o beiju, o polvilho e a tapioca? Sem o polvilho, os mineiros morreriam de tristeza, porque não existiria o pão de queijo... E estaria completa a tradicional e deliciosa carne-de-sol se não estivesse acompanhada de paçoca e mandioca cozida? Quantos caldos deliciosos perderíamos se não fosse a farinha de mandioca para fazer o pirão? Outro dos alimentos típicos indígenas é o peixe moqueado. Moquear o peixe é defumá-lo para que resista por mais tempo em condições de consumo. É do peixe moqueado colocado a ferver em água, na qual é adicionada farinha de mandioca, que se faz a moqueca indígena. Quando o tempero de África chegou na forma de leite de coco e azeite de dendê, virou um prato irresistível.

O cacau

E o que dizer do chocolate suíço ou do chocolate belga? Essas delícias vendidas para nós com preços altos são confeccionadas com um produto descoberto pelos indígenas de Yucatán: a semente torrada do cacau. O *Theobroma cacao* tem origem amazônica e é consumido pelos indígenas há mais de cinco mil anos. O povo de Yucatán passou a importar e cultivar o fruto, que se tornou a moeda de troca do país. Para controlar o cacau circulante como moeda, seu cultivo era prerrogativa dos sacerdotes. Quando os exploradores espanhóis inquiriam os indígenas Aztecas sobre onde estava a riqueza,

eles respondiam que ao sul, na Amazônia, era possível encontrar ouro derretido que chegava a afundar os pés. Isso levou muitos exploradores a morrerem buscando o El-dorado, a maioria daqueles que se lançava à selva desaparecia. Na verdade, o que os índios viam como riqueza era o cacau que, ao não ser colhido, se precipitava no solo e apodrecia. O consumo era feito com a própria fruta, mas os sacerdotes desenvolveram uma forma caríssima, afinal a semente era dinheiro, de fazer uma deliciosa bebida que era servida ao rei indígena. Esta bebida consistia de semente de cacau torrada e moída, servida em forma de infusão adoçada com mel. O nome dessa infusão era Chocoatl. Quando os europeus descobriram o chocoatl, levaram para sua terra como uma novidade. Não demorou para descobrirem que a bebida era uma delícia e tinha efeitos antidepressivos graças à presença da teobromina. Esses alimentos, que já eram há séculos consumidos pelos indígenas das Américas antes da “descoberta” em 1492, foram fundamentais para mitigar a fome e mudar os hábitos culturais da Europa.

Infusão de Cacau

Agora vamos à prática. Para fazer uma legítima bebida indígena, como até hoje é servida em Oaxaca, no México, você vai precisar dos seguintes ingredientes:

- 100 gramas de cacau puro em pó
- 250 g de açúcar, 13 g de canela em rama
- 13 g de amêndoas
- 1 litro e meio de leite

O modo de preparo é relativamente simples. Descasque as amêndoas e toste-as em fogo baixo. Moa a canela com as amêndoas torradas em um pilão ou liquidificador. Junte o cacau em pó, a canela, as amêndoas e o açúcar e volte a bater ou apiloar para unir tudo. Coloque o leite para ferver e, quando levantar fervura, adicione a massa de cacau que você preparou. Retire do fogo e bata com uma batedeira ou, se achar mais conveniente (cuidado pois está quente), coloque de volta no liquidificador para que fique espumante.

Agora você pode tomar seu chocolate natural, da forma tradicional indígena, acompanhado de biju de tapioca!

Este artigo foi escrito por José Ronald Gavyggág Pinto, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. O autor é da etnia Kaingáng, nascido na cidade de Cruz Alta-RS. É servidor da Universidade Federal de Santa Maria e está cedido ao Senado Federal desde 2005. Atualmente trabalha no apoio à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pela Liderança do PT.



Projeto Racismo em Pauta - Artigo: De Dia do Índio a Dia de Luta dos Povos Indígenas



Em 19 de abril de 1940, foi realizado o '1.º Congresso Indigenista Interamericano', no município de Pátzcuaro, no estado de Michoacán, no México. Logo de início, o Governo brasileiro se recusou a aceitar as deliberações desse Congresso. Somente três anos depois, atendendo aos apelos do Marechal Rondon, o dia foi adotado como o Dia do Índio pelo presidente Getúlio Vargas (1883-1954), por meio do Decreto-Lei n.º 5.540, de 1943. O Índio homenageado pela data e citado nos diplomas legais

elaborados na época estava longe de retratar a diversidade de centenas de povos com idiomas e culturas diferentes, ele foi uma abstração que nunca encontrou apoio na realidade. Os povos indígenas, ao celebrar o dia 19 de Abril, foram gradativamente transformando-o em um dia de luta para a reconquista de seus territórios e a reafirmação de seus direitos.

A política indigenista da década de 40 do século passado era "integracionista", que se apresentava com

um argumento positivo de “integração dos índios à sociedade nacional” mas que, na prática, era uma política destinada a dissolver as aldeias, negar as identidades, colocar os indígenas como servidores subalternos da sociedade colonizadora e, por fim, evitar qualquer reivindicação sobre os territórios dos quais foram expulsos e nos quais surgiram as grandes cidades de nosso país. Apesar de todas as vicissitudes e todos os ataques que foram realizados em busca desta ‘integração’, os povos originários mantêm suas culturas nas aldeias e, quando obrigados a ocupar a periferia das cidades ou a manterem-se como trabalhadores nas fazendas construídas sobre os seus territórios, tentam preservar suas origens e suas formas de relacionamento social. Em vários casos, o encontro dos indígenas e negros nas periferias vai constituir a raiz de nossos valores culturais tidos como tipicamente brasileiros.

Em 1988, ao ser discutida a Constituição Democrática, com a participação dos indígenas mobilizados pela UNIN, União das Nações Indígenas, foi redigido o “Capítulo VIII “Dos Índios”. A partir do novo texto constitucional, a maneira como os indígenas são tratados muda radicalmente no mundo legal, mesmo que na sociedade ainda persistam, em muitos setores, as ideias e as políticas do “integracionismo”. O conceito que pauta o texto constitucional é do ‘indigenato’, ou seja: se entende que o direito dos povos indígenas é anterior a qualquer outro processo legal, porque eles são os ocupantes ori-

ginários do território. Enquanto a Constituição Federal avança, continua vigorando o Estatuto do Índio e a visão de povos tutelados. A gestão territorial feita pelo órgão indigenista ocorre em descompasso entre a necessidade dos povos aldeados e a visão de quais investimentos são necessários por parte do Estado, numa política indigenista que, em muitos casos, priorizou a distribuição de cestas básicas e não investiu no etnodesenvolvimento.

A ONU na causa indígena

Em 1989, a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho deliberou pela Convenção nº 169, que prevê a autoidentificação e o instrumento da consulta livre, prévia, informada e de boa-fé aos povos indígenas e tradicionais para a implantação de políticas públicas e outras ações que atinjam ou interfiram na vida destes povos. Apesar de ter sido publicada em 1989, nosso país só aderiu à Convenção em 2002, colocando-a em vigor em 2003. Em 2007 a ONU proclama a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que, por ter sido intensamente negociada, torna-se um documento fundamental em todo o mundo, não apenas no continente americano.

Políticas Públicas

Os avanços infelizmente não são plenamente aplicados em nosso país. Obras, leis, políticas públicas e ações governamentais e de Estado são implemen-

tadas sem que haja a consulta adequada às comunidades envolvidas. Com isso, muitos projetos que poderiam ser realizados com o respeito mútuo acabam judicializados.

Em 2004, o Governo Federal implanta o Programa Universidade para todos, o Prouni. No Programa, pela primeira vez o Brasil passa a ter uma política para acesso diferenciado de negros e indígenas à Educação Superior, com a reserva de vinte por cento de vagas das instituições de ensino privadas. Esse processo teve êxito principalmente no interior, onde a ausência de instituições públicas era amenizada com a atuação das instituições particulares. Em 2012, depois de muitos debates, o Congresso Nacional aprova a Lei nº 12711, que estabelece a reserva de vagas na educação superior nas instituições públicas. O impacto destas políticas no Brasil é imenso. Milhões de jovens negros, pardos e indígenas oriundos de escolas públicas passam a ter acesso à graduação e às oportunidades profissionais dela decorrentes. A juventude indígena e negra se empodera e passa a construir sua participação social e política, com consequente visibilidade na academia. Com isso, há também

o empoderamento das mulheres! Superando séculos de silenciamento, explode nos movimentos sociais a participação das mulheres negras e indígenas, traçando um novo conjunto de perspectivas para as transformações de que nosso país necessita na busca da igualdade de oportunidades e no exercício pleno da cidadania e da democracia.

Em 2023 celebraremos 80 anos da lei que dedicou o dia 19 de Abril aos povos indígenas do Brasil. Nesses 80 anos, tivemos avanços e retrocessos. Tivemos luta, resiliência e resistência de centenas de povos indígenas com seus costumes, usos, tradições e, quando possível, territórios. Para sempre a lembrança de que a riqueza de nosso país é a diversidade de nossos povos, que convivem buscando a paz e a justiça tão necessária em todo o mundo.

Este artigo foi escrito por José Ronald Gavyggág Pinto, da etnia Kaingáng, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Atualmente trabalha no apoio à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A premiada Zanny Adairalbe fala sobre a heroína negra da independência do Brasil



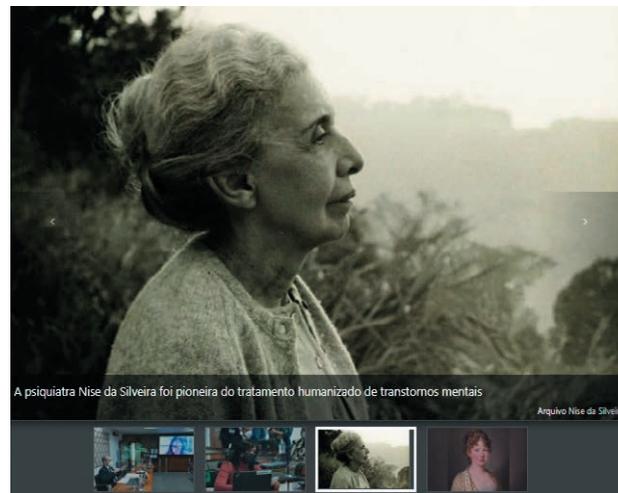
Maria Felipa de Oliveira foi uma pescadora e escrava liberta que lutou contra os portugueses pela independência da Bahia. A história dela está contada no livro *Maria Felipa de Oliveira – A heroína negra da independência do Brasil*, da compositora e escritora Zanny Adairalbe. A autora é uma das vencedoras do Prêmio Funarte de Dramaturgia 2021, que contemplou trinta textos teatrais inéditos de autores nacionais.

No Autores e Livros, Zanny fala dessa premiação e traz detalhes da peça *Maria Felipa de Oliveira*, que será publicada em formato e-book no site da Funarte. O programa traz ainda a poesia de Leonardo Fróes e a participação do escritor mineiro Jorge Fernando dos Santos.

Senado aprova título de Heroína da Pátria para Nise da Silveira

O Senado aprovou a inscrição do nome da psiquiatra Nise da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. O livro está depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

De autoria da deputada federal Jandira Feghali, a proposta foi aprovada com relatório favorável da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA). A homenageada é pioneira da terapia ocupacional e mudou os rumos dos tratamentos psiquiátricos no Brasil, via de regra conduzidos por meio de isolamento em hospícios.





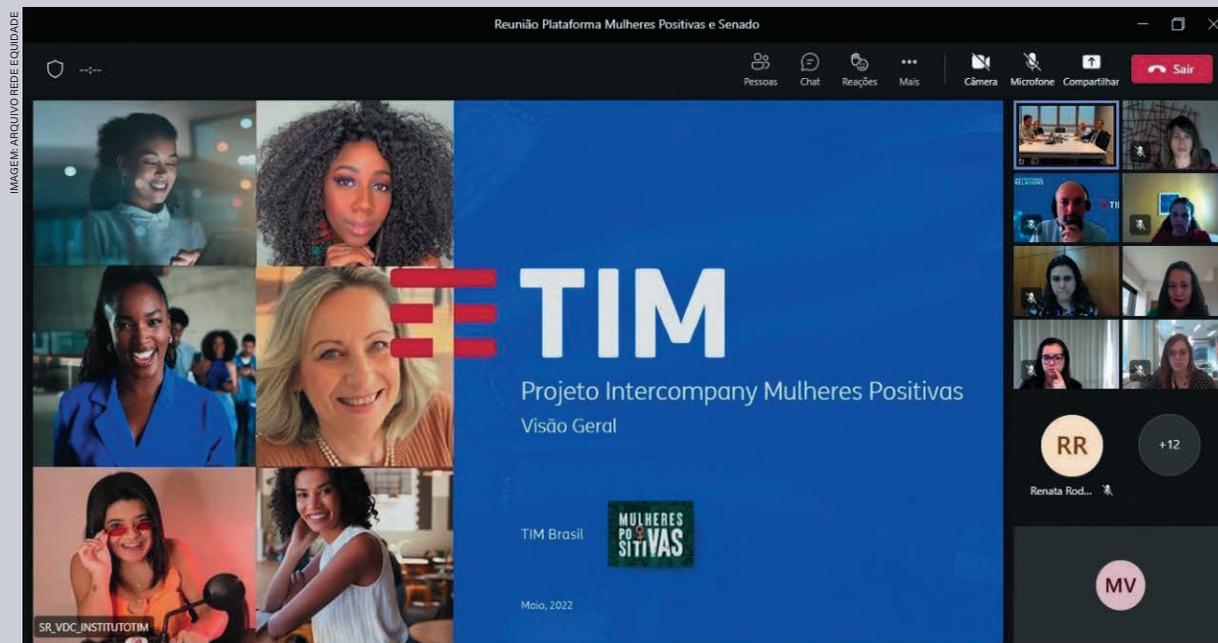
MAIO

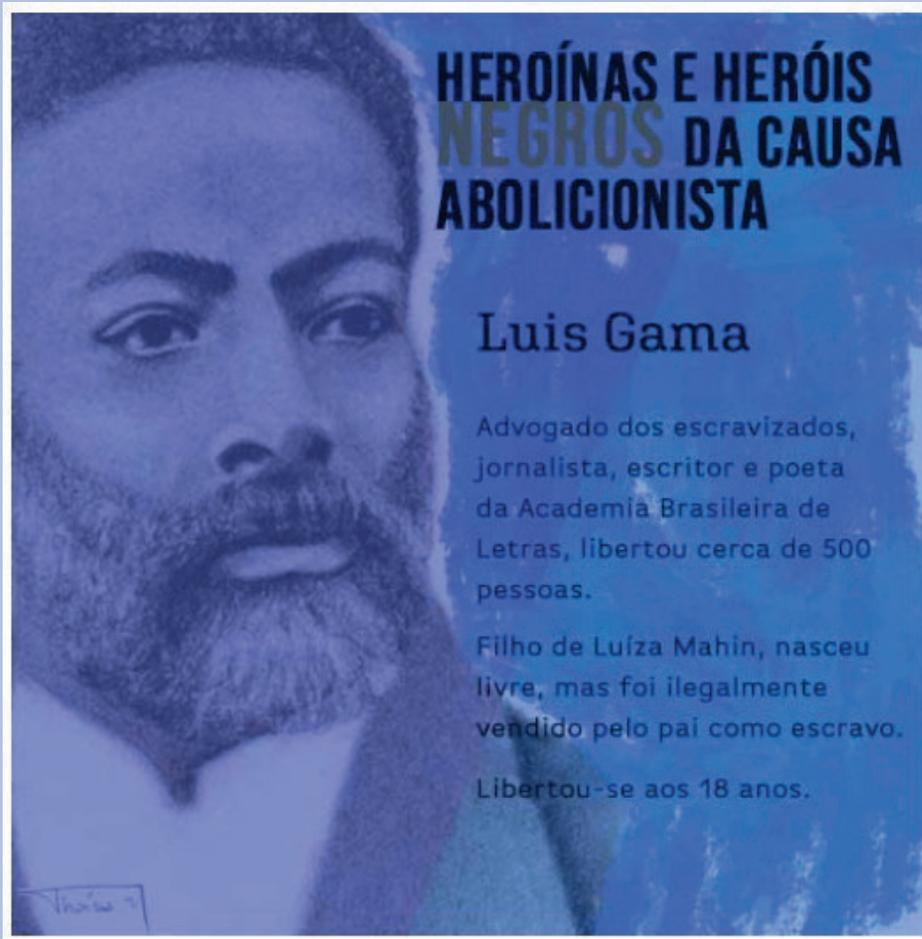
2022

Apresentação da TIM do Projeto “Mulheres Positivas”

A apresentação da Plataforma Mulheres Positivas, da TIM, foi realizada pela plataforma Teams. O objetivo da apresentação foi conhecer a boa prática que o projeto tem voltado ao tema da violência do-

méstica e familiar e, a critério de cada participante da reunião, difundir internamente a boa prática em suas instituições. Além disso, o evento contou com a presença dos partícipes da Rede Equidade.





HEROÍNAS E HERÓIS NEGROS DA CAUSA ABOLICIONISTA

Luis Gama

Advogado dos escravizados, jornalista, escritor e poeta da Academia Brasileira de Letras, libertou cerca de 500 pessoas.

Filho de Luíza Mahin, nasceu livre, mas foi ilegalmente vendido pelo pai como escravo.

Libertou-se aos 18 anos.

No Quadrado da Intra - Heroínas e Heróis
Negros da Causa Abolicionista

Workshop de liderança feminina capacita servidoras a lidarem com desafios do cargo

A liderança feminina foi tema de workshop promovido pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU). Quem ministrou foi Gisèle Szczyglak, pós-doutora em filosofia política, especialista em liderança feminina e gestão de talentos. Pelo Senado, dez servidoras, ocupantes de cargos de liderança, participaram: Cintia Mara Machado Ferreira da Costa, Érica Ceolin, Gabriela A. Borges, Glauciene Lara, Isabela Moreira, Juliana Borges, Lucyana Vega, Maria Terezinha Nunes, Paola Lima e Stella Maria Vaz.

Gisèle destaca que a liderança é universal e que, apesar disso, ainda há no mercado de trabalho uma significativa diferença entre os gêneros que se reflete em uma pressão maior na mulher. Libertar-se de estereótipos e cobranças sociais que podem prejudicar a carreira foi apontado pelas participantes como um dos ensinamentos mais importantes do curso. Érica Ceolin, diretora da Secretaria de Comunicação Social, falou da importância do treinamento para a carreira de líderes.



Senado participa do evento “Prevenção e Combate ao assédio: práticas e modelo para implantação”



Para que gestores públicos estruturem seus sistemas internos a fim de prevenir e combater o assédio no ambiente de trabalho, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou o evento virtual “Prevenção e Combate ao Assédio: Práticas e Modelo para Implantação”.

O evento contou com a participação da Ilana Trombka, diretora-geral do Senado Federal, e apresentou um sistema de prevenção e combate ao assédio moral e sexual desenvolvido a partir de conversas com especialistas, estudos e boas práticas adotadas por instituições públicas e privadas do Brasil e do exterior. O guia foi baseado na implementação de quatro mecanismos: institucionalização, prevenção, detecção e correção e com esse modelo, o TCU e os órgãos participantes esperam contribuir para um ambiente de trabalho saudável, sustentável e respeitoso.

Ilana Trombka e Ednusa Ribeiro fazem *live* no Instagram sobre os desafios do empreendedorismo feminino

Ilana Trombka fez uma live, no dia 5 de maio, em seu perfil no Instagram, sobre os desafios do empreendedorismo feminino, com Ednusa Ribeiro, cofundadora do Coletivo Meninas Mahin.

IMAGEM: INSTAGRAM/ILANA TROMBKKA

LIVE É AMANHÃ!

Os desafios do empreendedorismo feminino

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado

Ednusa Ribeiro
Co-fundadora do Coletivo Meninas Mahin

@ilana_trombka

Comunicado de Dia das Mães

IMAGEM: GLÁUCIA PORFÍRIA/COMITÊ DE GÊNERO E RAÇA

COMUNICADO DIA DAS MÃES
Comitê Equidade e Acessibilidade informam:

Colaboradoras do Senado Federal, saibam como acessar seus direitos de mães trabalhadoras!

Programa Mãe Nutriz

O que é?

- É a redução do horário de trabalho para 6h até que a criança complete 2 anos de idade, sem perder a função ocupada.

Para quem?

- Servidoras efetivas e comissionadas.

Como solicitar?

- Siga o passo a passo:

Passo 1
No Menu da Intranet clique em "Pessoas"

Passo 2
Em servidor efetivo ou comissionada clique em "Formulários"

Passo 3
Vá em Horário especial e clique em Programa de Assistência à Mãe Nutriz

Passo 4
Preencha o Formulário*

*O formulário contém as informações necessárias para a distribuição de requerimento.

Sala de Apoio à Amamentação

O que é?

- Sala de apoio para a amamentação.

Para quem?

- Servidoras efetivas e comissionadas, terceirizadas, estagiárias e visitantes.

Onde?

- Bloco 10, atrás do ILB, cujo horário de funcionamento é das 09:00 às 17:00.

Como?

- Para uso da sala, ligue no SESOQVT.

Vagas no estacionamento

Para quem?

- Colaboradoras gestantes: efetivas, comissionadas, terceirizadas e estagiárias.

Onde?

- Nas vagas reservadas ao programa Carona Solidária.

Como?

- Apresentando na entrada o cartão de gestante (em geral é obtido na consulta pré-natal).

Comitê para promoção da igualdade de **Gênero e Raça**



No Quadradinho da Intra - Dia das Mães

Senado apresenta iniciativas de combate ao assédio para incentivar outras instituições

Para que a convivência no ambiente de trabalho seja harmônica e saudável, é preciso combater qualquer prática de assédio, seja moral ou sexual. Tendo isso em vista, o Tribunal de Contas da União (TCU) promoveu o **encontro técnico** *Prevenção e combate ao assédio: práticas e modelo para implantação*. O evento contou com uma mesa redonda para apresentação das experiências das organizações que já implementam ações nesse sentido, com a participação do Senado.

Dentro dessa proposta de construir um painel de referência para outras instituições, Ilana Trombka, diretora-geral do Senado, destacou que a Casa atua em três instâncias fundamentais para o combate ao assédio: normatização interna (**APS nº 8/2018**), capacitação dos gestores e campanha interna de comunicação.

As iniciativas do Senado envolveram, também, a capacitação das empresas terceirizadoras de serviços no combate ao assédio moral e sexual. O trabalho realizado pelo serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT) buscou deixar claro o posicionamento institucional e, assim, evitar que denúncias vindas de terceirizadas fossem omitidas.



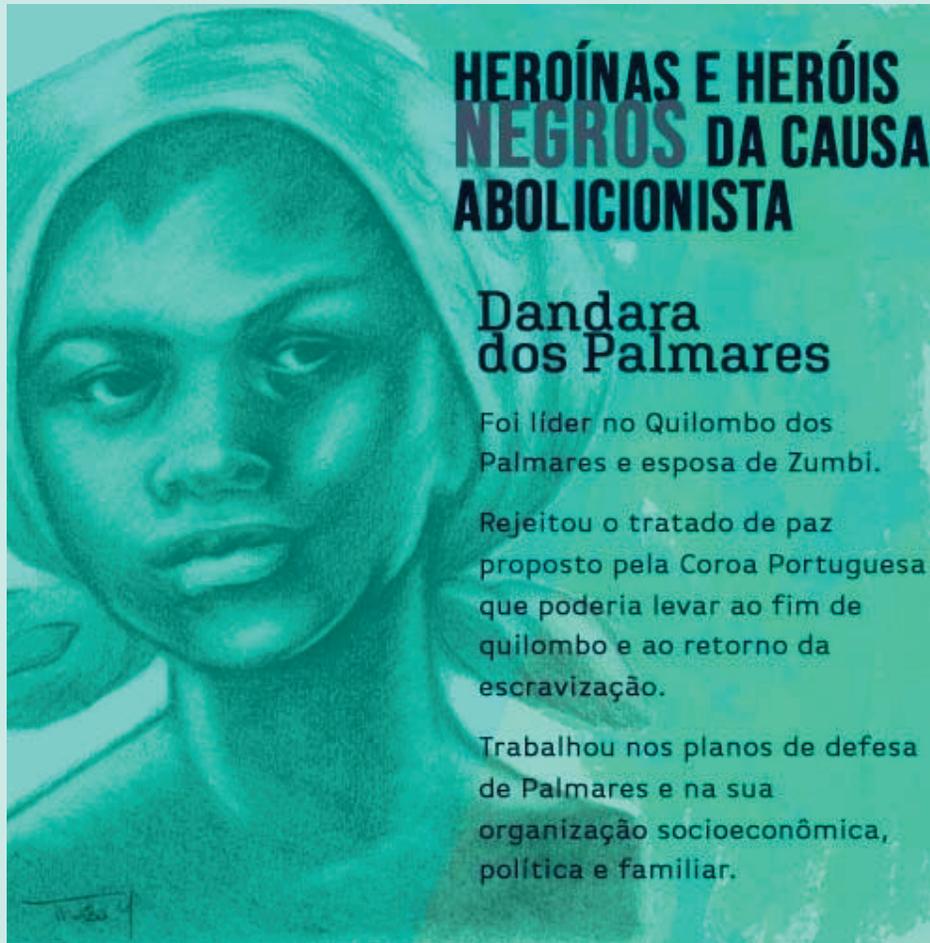
Leopoldo da Silva faz exposição fotográfica sobre comunidade indígena dos Krahô

O editor de fotografia da Agência Senado, Leopoldo da Silva, mostrou seu trabalho no Memorial dos Povos Indígenas, na exposição intitulada *Brasil Krahô*, que ficou aberta do dia 5 de maio ao dia 12 de junho. Ao todo, são 75 fotografias tiradas entre 2010 e 2018 durante visitas à aldeia da comunidade Krahô, no Tocantins.

Leopoldo conta que se interessou pela arte de tirar retratos muito jovem e, nas palavras dele, "sempre foi fotógrafo". A ideia de compor a exposição veio da sua paixão pela arte e pelo encanto com a cultura indígena. As imagens da *Brasil Krahô* revelam o dia a dia, as festas, as comemorações, tradições culturais, e também traços da personalidade da comunidade.

IMAGEM: LEOPOLDO SILVA/AGÊNCIA SENADO





No Quadrado da Intra - Heroínas e Heróis Negros da Causa Abolicionista

Projeto Racismo em Pauta - Artigo: 13 de maio e o Dia Nacional da Denúncia Contra o Racismo

No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel sancionou a Lei Áurea. A intenção era a abolição da escravidão em todo o território nacional. A narrativa que a sociedade escolheu foi a de transformar apenas a princesa Isabel em uma heroína, sem dar protagonismo à histórica luta do povo negro pela libertação. A escravização ainda é um processo inacabado.



A abolição foi feita de maneira oficial e formal, mas na prática sabemos que ela existe até hoje. Um exemplo recente foi o caso da doméstica Madalena Santiago da Silva, de 62 anos. Ela foi resgatada em março deste ano de um trabalho análogo à escravidão no município Lauro de Freitas, no estado da Bahia. Madalena trabalhou sem receber salário por 54 anos e contou que, além de roubada, foi vítima de maus-tratos.

O Dia da Abolição da Escravatura foi criado a partir da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, mas foi transformado pelo movimento social negro em Dia Nacional da Denúncia Contra o Racismo na década de 1970. O poeta, professor e pesquisador Oliveira Silveira foi quem propôs a mudança. Ele defende que não se deve comemorar a abolição da escravidão porque, na verdade, este seria o reconhecimento oficial da falsa liberdade concedida à população negra por aparente clemência e não pela tomada de consciência.

Há muita reparação histórica a ser feita. O racismo existe e está mais presente em nossas vidas do que notamos. Ele está numa piada entre amigos, num comentário maldoso sobre religião de matriz africana e até mesmo na criminalização de uma pessoa pelo tom da pele.

O caminho é longo, os obstáculos para combater o racismo são gigantescos. Por isso, denuncie, não se omita, disque 100 e lembre-se que não basta não ser racista, é preciso ser antirracista!

Artigo de Gláucia Porfíria, estagiária do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, graduanda de jornalismo da Universidade de Brasília.

Histórias do Brasil - Escravidão nunca mais

A TV Senado lançou mais um episódio de "Histórias do Brasil". Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea acaba oficialmente com a escravidão no Brasil, mas a exclusão social e econômica da população negra persiste.

O documentário pode ser assistido através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=MalsPbiEbXE&t=1s>

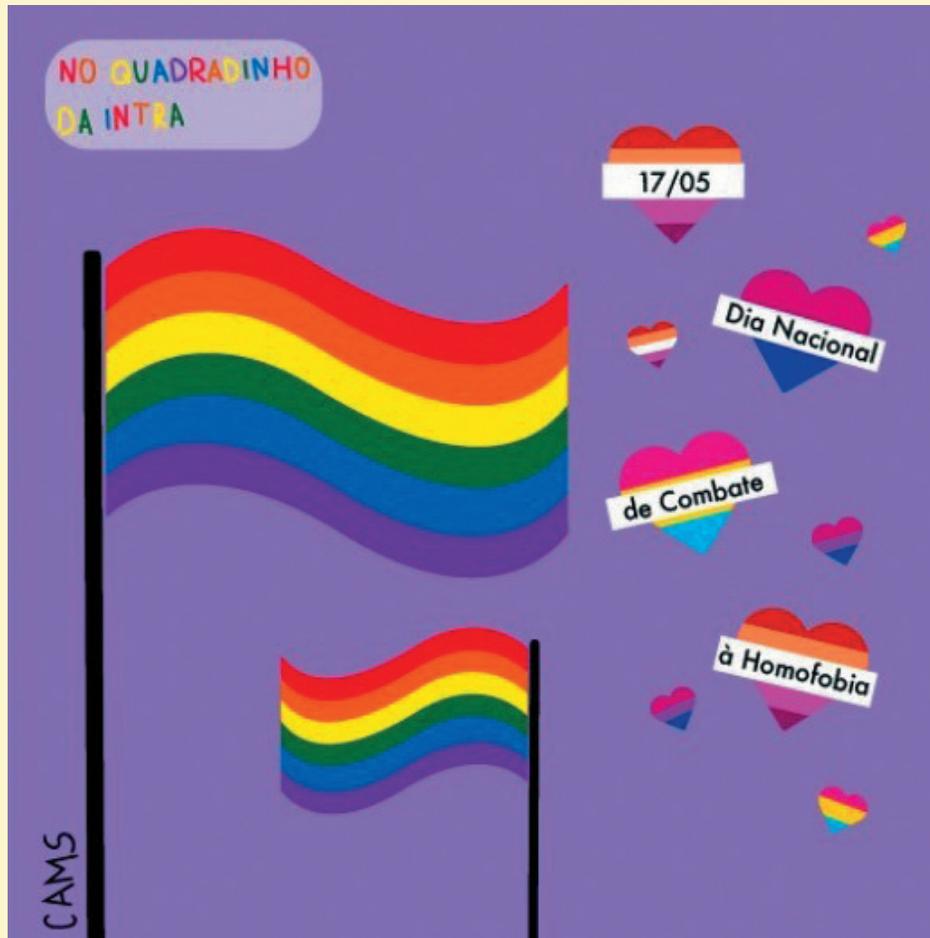


Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia - Publicação no Instagram da diretora-geral, Ilana Trombka

O dia 17 de maio de 1990 foi a data na qual a Organização Mundial de Saúde desclassificou a homossexualidade como um distúrbio mental, por isso o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia tem como objetivo aumentar a conscientização sobre as violações dos direitos #LGBTQIA+ e também dar visibilidade ao crescimento da violência contra pessoas desta comunidade.

Segundo relatório divulgado pelo Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTQIA+, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+. Ocupamos o posto pelo 4º ano consecutivo. A cada semana, 5 pessoas são mortas. É injustificável alguém perder a vida apenas por ser ou amar a seu modo.





No Quadrado da Intra - Dia Internacional
contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia

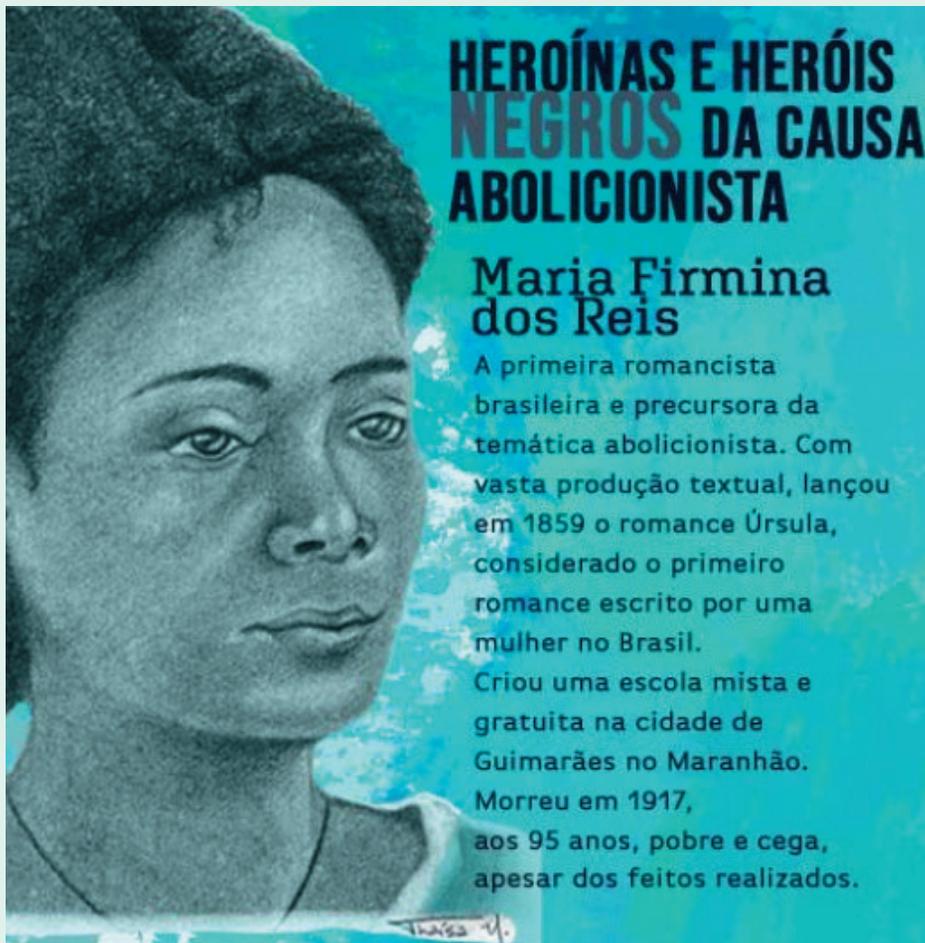
Congresso colorido no combate à LGBTIfobia

No dia 17 de maio, o Congresso foi iluminado nas cores do arco-íris para celebrar o Dia Internacional de Combate à LGBTIFOBIA. O termo se refere à discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero. A solicitação da iluminação foi da deputada federal Sâmia Bonfim (PSOL – SP).

No Brasil, em 2021, foi registrado aumento de 33% de casos de violência contra a população de gays, travestis e mulheres trans, entre 20 e 39 anos, segundo dados do Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+.

IMAGENS: ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO





No Quadrado da Intra - Dia Internacional
contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia

A vez e a voz das minorias

O documentário *Quem me Representa* coloca em debate a representatividade do brasileiro, desde as primeiras eleições, em 1532, até a conquista dos espaços democráticos por segmentos historicamente excluídos. A produção trouxe depoimentos, informações e imagens sobre a história das eleições no Brasil



e, entre os temas em debate, tinha a importância da representação de grupos vulnerabilizados em poderes representativos. Essa discussão se torna urgente quando analisamos o alto índice de violência contra lésbicas, gays, transexuais, travestis, transgêneros etc. Num sistema onde a regra é a maioria, deve haver regras para proteção das minorias. O filme conta com a participação do senador Fabiano Contarato e do deputado distrital Fábio Félix e esteve em exibição na TV Senado, no domingo (22). O documentário tem duração de 25 minutos e foi lançado em 2021, sob direção de Jimi Figueiredo.

Palestra sobre Liderança Feminina, com Ilana Trombka

Dia 26 de maio, Ilana Trombka, diretora-geral do Senado Federal, participou da Palestra sobre Liderança Feminina, no Conselho Federal da OAB (CFOAB). A palestra aconteceu no Auditório Evandro Lins e Silva - CFOAB, em Brasília.

Foram discutidos na palestra sobre Liderança Feminina temas sobre como as mulheres podem ser protagonistas também no ambiente político, como fazer com que elas sejam, de fato, parte dos processos deci-

sórios, como é a participação feminina na política, qual momento de sociedade vivemos, entre outros temas.



Roda de Conversa - “O que um nutricionista gordo pode falar sobre saúde”?

O Comitê de Gênero e Raça em parceria com o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida No Trabalho (SESOQVT) realizou a Roda de Conversa - “O que um nutricionista gordo pode falar sobre saúde”?

Larissa Rocha, nutricionista, e Marina Vahle, psicóloga, ambas do SESOQVT, participaram como mediadoras e Erick Cuzziol, nutricionista, ativista antigordofobia e idealizador da página “Nutricionista Gordo”, como convidado.

A conversa serviu para falar sobre comportamento alimentar e saúde. Além disso, a transmissão pelo Teams foi aberta a colaboradoras e colaboradores do Senado e ao público externo.



Gordofobia deixa cicatrizes. Todos podem ajudar abandonando julgamentos



Gordofobia é uma das preocupações recorrentes do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT). A questão é trabalhada com foco na saúde física e mental dos colaboradores do Senado.

O SesoQVT costuma se envolver com campanhas de conscientização a todo tipo de preconceito e costuma se manifestar, por meio de artigos na Intranet, sobre o melhor jeito de lidar com o tema. Para ajudar, essa equipe preparou uma lista mais assertiva e prática sobre comportamentos gordofóbicos que precisam ser abandonados urgentemente:

- **elogiar o emagrecimento alheio, pois reforça que só é bonito quem é magro;**
- **não gerar condições para que pessoas gordas possam frequentar determinados ambientes;**

- **fazer comentários supostamente bem intencionados sobre o corpo da pessoa, como: “você nem é tão gorda assim”, “você não é gorda, é cheinha”, “você tem o rosto tão bonito, só precisa emagrecer”, “você deveria usar roupas que emagrecem” etc.**
- **usar a característica física para identificar uma pessoa, tipo: “fulano é aquele gordinho ali”;**
- **fazer comentários e dar palpites sobre dieta e emagrecimento ou sobre o que a pessoa come, o famoso fiscal de prato;**
- **representar a pessoa gorda em imagens, propagandas, filmes etc. como uma pessoa fracassada, desajustada, atrapalhada, preguiçosa e gulosa;**
- **atribuir todos os problemas da pessoa, sejam de saúde, amorosos ou outros, ao peso.**

Cine Debate - Green Book - A complexidade das relações inter-raciais

O Cine Debate realizado pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho promoveu uma conversa aberta ao público interno e externo sobre o



filme Green Book - O Guia, de 2019.

O filme é baseado numa história real que consegue se aproximar do público com uma narrativa sobre

aceitação (de si mesmo e do outro). Ele traz a complexidade das relações inter-raciais, já que se trata de um homem negro, bem-sucedido, culto e que apesar de tudo, ainda é vítima de um racismo bem forte.

Patrícia Abrantes e Lúcia Pimentel conduziram o debate pela plataforma Zoom. O que mais deve ser feito para que as pessoas percebam que o respeito precisa ser o mesmo?

Seminário Mais Mulheres na Política

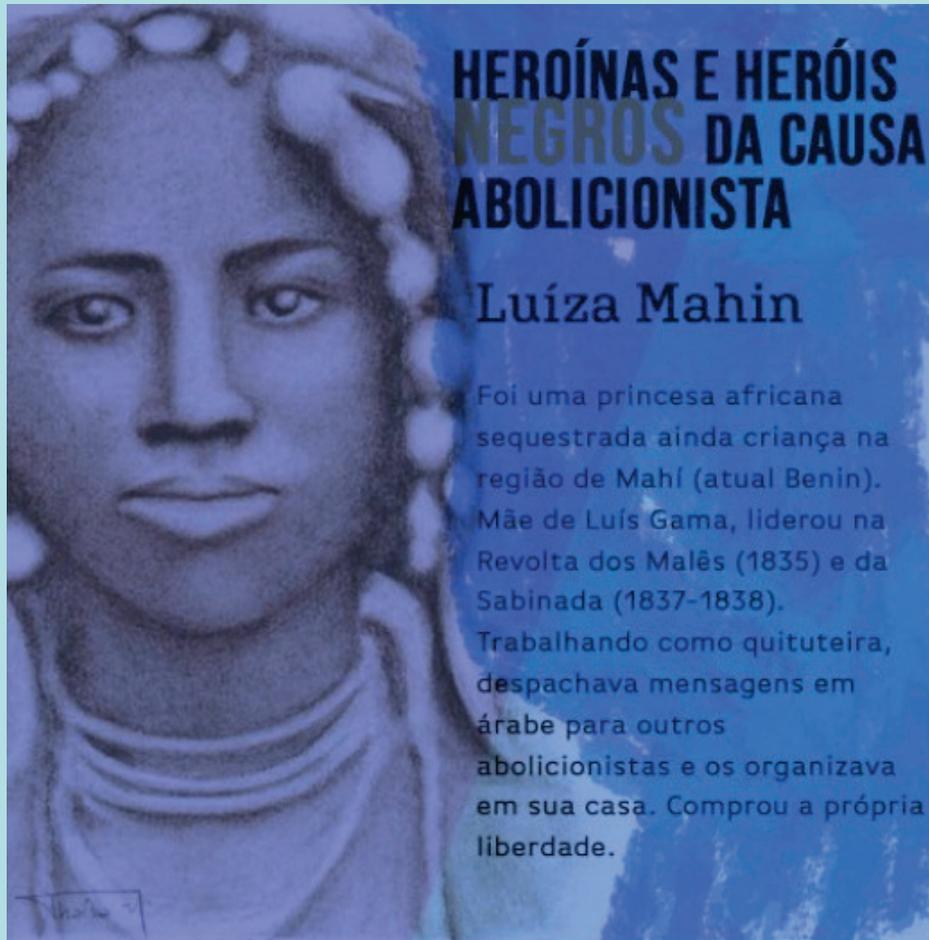


A Procuradoria Especial da Mulher (Promul) do Senado promoveu, no plenário da Casa, um seminário para debater a participação das mulheres na política. Servidora da Promul e uma das organizadoras, Isis Marra explicou que o evento busca conscientizar a população sobre a necessidade de aumentar a representatividade feminina nas bancadas do país.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, disse que organizar o seminário em três eixos de discussão

é uma forma de ampliar o debate sobre as formas de participação da mulher na política. Para Ilana, a mulher tem aparecido como um grupo cada vez mais representativo.

O seminário foi aberto para todo o público e contou com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados para a realização. Por meio do e-Cidadania, o evento, interativo, concedeu certificados de participação para todos os que encaminharam perguntas ou sugestões pelas redes do Senado.



No Quadrado da Intra - Heroínas e Heróis Negros da Causa Abolicionista

DataSenado divulga pesquisa que investiga baixa representatividade feminina na política

O DataSenado divulgou a segunda edição da série histórica Mulheres na Política, feita em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV). A pesquisa investigou fatores que resultam na baixa representatividade feminina em cargos eletivos nos pleitos de 2018 e 2020, bem como a prevalência de violência política em ambos os gêneros.

O levantamento revelou que três a cada dez mulheres são discriminadas em função de seu gênero, percentual equivalente ao observado em 2016, con-

siderando a margem de erro. Também se manteve estável a percepção de que o ambiente político favorece mais os homens, opinião compartilhada por 64% dos candidatos.

O relatório completo da pesquisa foi divulgado durante o seminário *Mais Mulheres na Política*, que aconteceu no Plenário do Senado na segunda, com transmissão ao vivo pela **TV Senado** e pelo portal e-Cidadania. A primeira edição da pesquisa, realizada em 2016, analisou os candidatos às eleições de 2012.



Senado por Elas divulga vozes de mulheres fortes em prol da equidade na política

A Biblioteca do Senado foi palco do lançamento da obra Senado por Elas: casos de inspirações e superações, que contém relatos pessoais de 14 senadoras e 16 mulheres proeminentes em seus campos de atuação. O livro é o volume 297 da coleção Edições do Senado Federal,



que desde 2003 apresenta títulos de interesse público nos campos de história, literatura e direito.

O presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que assina o prefácio do livro, inaugurou a solenidade com comentários sobre a responsabilidade de ser um homem a introduzir

os textos com lutas e conquistas de mulheres reconhecidamente fortes. Segundo ele, a grande lição é que não basta ser contra a violência e silenciamento das vozes femininas: é preciso ouvi-las com atenção.

Uma das autoras da obra, a senadora Leila Barros (Cidadania-DF), também à frente da Procuradoria Especial da Mulher do Senado (Promul), afirmou que o intuito da publicação é jogar luz à luta por equidade no meio político e mostrar como a causa une mulheres de diferentes crenças políticas.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, apontou que o livro complementa as diversas ações de conscientização promovidas pela Casa em prol da equidade de gênero.



IMAGENS: ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO





JUNHO

2022

Divulgado relatório de casos de assédio no Senado em 2021

Foi divulgado o relatório dos casos de assédio no Senado Federal, ano base de 2021. As estatísticas respeitam o sigilo dos envolvidos e possibilitam o acompanhamento, avaliação e melhoria das medidas implementadas no Senado para prevenção e combate aos casos de assédio.

A elaboração do documento, prevista no APS 08/2018 e delimitada no Plano de Equidade de Gênero e Raça, que prevê quais informações o relatório deve conter, além de exigir a publicidade dos dados na intranet.

Desde que o relatório começou a ser produzido em 2019, houve uma expressiva redução do número, com a queda de 64 para apenas seis de casos contabilizados. Marina Vahle, psicóloga do serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), que também atua no acolhimento e orientação às vítimas ou testemunhas de assédios, comenta o relatório em 2021.

Outro dado que chama a atenção nos números compilados está relacionado ao gênero das pessoas ofendidas. Apesar da força de trabalho masculina ser predominante na instituição, somente mulheres comunicaram ou denunciaram sofrer assédio.

CCJ tem vista coletiva para PEC do Fundo de Promoção da Igualdade Racial

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), senador Davi Alcolumbre (União-AP), concedeu vista coletiva à análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2016, que permitirá acrescentar ao texto da Constituição Federal a criação de um Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

O relator da matéria, senador Weverton (PDT-MA), solicitou que o relatório fosse dado como lido — o que foi concedido — diante do pedido de vista de Marcos do Val (Podemos-ES). Por fim, acordou-se a vista coletiva.

Tendo como primeiro signatário o senador Paulo Paim (PT-RS), o fundo tem por objetivo promover, por meio de políticas públicas, a igualdade de oportunidades e a inclusão social da população negra. A proposta prevê maior atenção às áreas de educação, habitação e formação profissional nas ações possibilitadas pelo novo fundo. De acordo com o relator, a criação do fundo vai viabilizar a implementação de ações contidas no Estatuto da Igualdade Racial.

Além de apresentar uma emenda de redação, Weverton inseriu outra para observar o princípio da anterioridade tributária e definir que a Emenda Constitucional entrará em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao da sua publicação oficial.

Christian nos apresenta a diversidade cultural LGBTQIA+

O *Já que é Sexta* da primeira semana de junho trouxe publicações e dicas relacionadas ao orgulho LGBTQIA+. A primeira delas ficou por conta do Christian Caetano, que faz parte do Comitê de Equidade do Senado Federal.

As sugestões do Christian têm em comum o foco na vivência LGBTQIA+, nos desafios de assumir e viver a própria identidade de gênero. São três dicas: o filme *Transversais*, de Émerson Maranhão (Deberton Filmes, 2021); e os livros *Guardei no Armário*, de Samuel Gomes (Paralela, 2021) e *Mama*, de Marcela Tiboni (Dita Livros, 2020).

Osmar Arouck garimpou tesouros do cinema LGBTQIA+

Osmar Arouck trabalha no Serviço de Pesquisa Parlamentar (Sepesp), da Biblioteca do Senado. Ele trouxe dicas de quem sabe garimpar fontes preciosas para nos auxiliar na compreensão do dia a dia. Suas sugestões para a nossa sexta-feira são um livro e dois filmes sobre cinema LGBTQIA+. Quem vem primeiro é o livro de Stevan Lekitsch, *Arco-Íris: 100 anos de cinema LGBT nas telas brasileiras* (Edições GLS, 2011). Em seguida, os filmes *Infância* (William Wyler, 1961) e *Os rapazes da banda* (William Friedkin, 1970).

Rede Equidade realizou palestra para abrir o mês do orgulho LGBTQIA+

A Rede Equidade realizou no dia 06 de junho, no canal do Tribunal de Contas da União (TCU), no YouTube, a Palestra "Sopa de Letrinhas - Promoção da Equidade, Diversidade e Inclusão Social". A palestra teve como



objetivo conscientizar e sensibilizar os servidores das instituições da Rede e a sociedade em geral para as questões LGB-

TQIA+ com uma análise de dados e raio-x da realidade da comunidade LGBTQIA+, um breve apanhado histórico sobre o movimento e os conceitos e benefícios de se construir equipes diversas. O público-alvo foram servidores dos órgãos membros da Rede Equidade e a sociedade em geral.

A servidora Victoria Moreno, membro da Comissão de Direitos Humanos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi a palestrante convidada, com mediação da auditora federal Marcela Timóteo. A diretora-geral do Senado, Ilana Tromba, também participou da abertura, bem como a chefe da Assessoria de Gestão Socioambiental do STJ, Ketlin Scartezini.

A vibrant, multi-colored watercolor background with shades of pink, orange, yellow, green, blue, and purple. The colors are blended and textured, creating a soft, artistic effect.

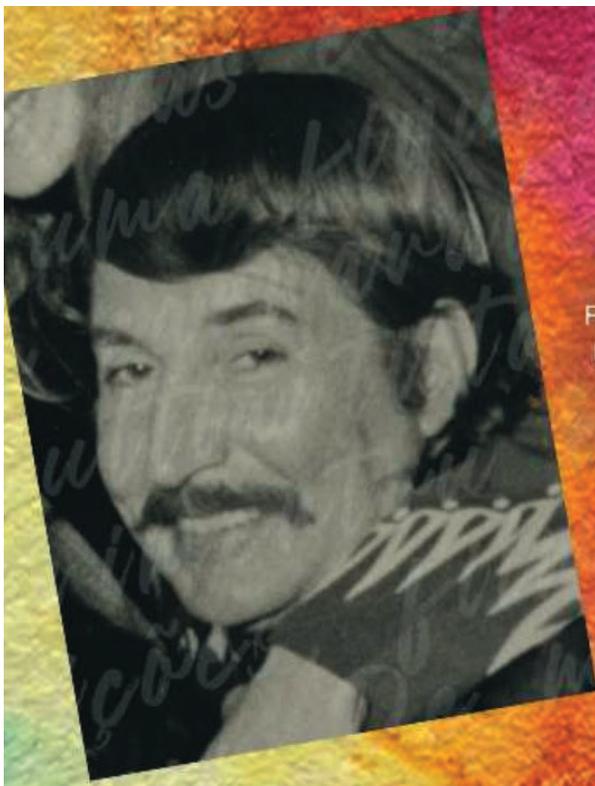
Vivências

LGBTQIA+

Pioneirismos
e histórias
de resistência



"Não tem nada mais perturbador, pro sistema, do que um corpo que, criado para sentir vergonha por ser como é, de repente passa a revelar orgulho de si, sem pedir desculpa por existir." Amara Moira



CLÓVIS BORNAY

ENTRE VESTIMENTAS LUXUOSAS E BRILHANTES, FOI UMA FIGURA CENTRAL NO CARNAVAL CARIOCA. UM MULTIARTISTA E MUSEÓLOGO QUE MOVIMENTOU E QUE ESTRELAVA EXPOSIÇÕES, FILMES E FESTIVAIS CARNAVALESÇOS. DE MUSEUS A CARNAVAIS, DEIXOU AS SUAS MÚLTIPLAS MARCAS NA HISTÓRIA DA CULTURA BRASILEIRA.

Data: 10 de janeiro de 1917 - 09 de outubro de 2005 (88 anos)

Cidade Natal: Nova Friburgo, Rio de Janeiro

Ocupação: Museólogo, Carnavalesco, Professor, Ator, Cantor e Criador de bailes.

Vivências
LGBTQIA+

ERICA MALUNGUINHO

A TRANS-FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES POLÍTICAS DO PAÍS. TORNOU-SE A PRIMEIRA TRAVESTI ELEITA PARA O CARGO DE DEPUTADA ESTADUAL NO BRASIL, REPRESENTANDO SÃO PAULO. A DEPUTADA LUTA PARA QUE HISTÓRIAS COMO A DELA DEIXEM DE SER EXCEÇÕES E SE TORNEM CADA VEZ MAIS REALIDADES POSSÍVEIS NO PAÍS.

Data: 20 de novembro de 1981 (idade 40 anos)
Cidade Natal: Recife, Pernambuco
Ocupação: Deputada Estadual, Educadora e Artista Plástica

Vivências
LGBTQIA+



JOÃO SILVÉRIO TREVISAN

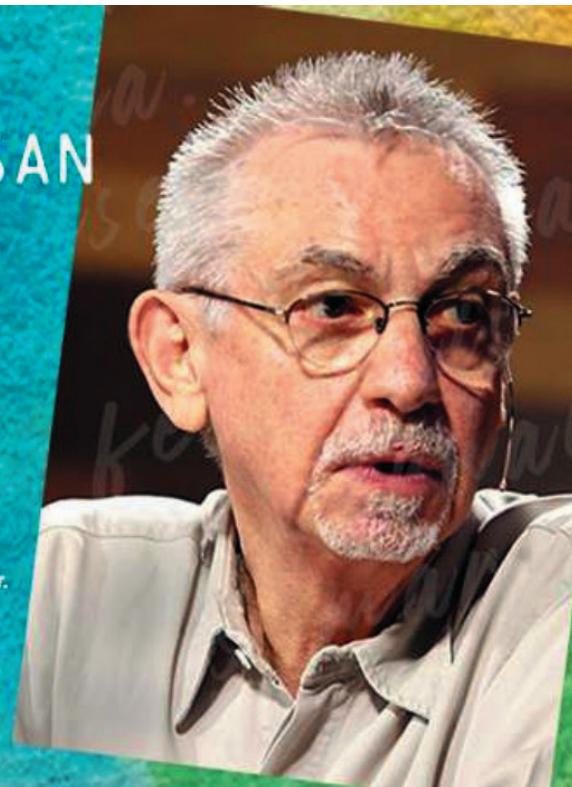
O ESCRITOR E ATIVISTA FOI UM DOS FUNDADORES DO GRUPO "SOMOS", A PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DE HOMOSSEXUAIS NO PAÍS. JOÃO TAMBÉM PARTICIPOU DA CRIAÇÃO E DA PRODUÇÃO DA PRIMEIRA REVISTA LGBTQIA+ DE CIRCULAÇÃO NACIONAL, EM PLENA DITADURA MILITAR, INTITULADA "LAMPIÃO DA ESQUINA".

Data: 23 de junho de 1944 (idade 77 anos)

Cidade Natal: Ribeirão Bonito, São Paulo

Ocupação: Escritor, Jornalista, Roteirista, Cineasta, Dramaturgo e Tradutor.

Vivências
LGBTQIA+



JOÃO W. NERY

O PRIMEIRO HOMEM TRANSGÊNERO A REALIZAR A CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO SEXUAL NO BRASIL. PSICÓLOGO, ESCRITOR E ATIVISTA, FOI POR MEIO DE SUAS AUTOBIOGRAFIAS PUBLICADAS QUE POSSIBILITOU COM QUE AS SUAS VIVÊNCIAS E LUTAS SE TORNASSEM EIXOS DE REFERÊNCIA PARA A COMUNIDADE LGBTQIA+.

Data: 12 de fevereiro de 1950 - 26 de outubro de 2018 (68 anos)

Estado: Rio de Janeiro

Ocupação: Psicólogo, Escritor e Ativista dos Direitos Humanos

Vivências
LGBTQIA+



JORGE LAFOND

COM TALENTO, CARISMA E COM UM BORDÃO MARCANTE, VERA VERÃO SE TORNOU UMA PERSONAGEM REFERÊNCIA PARA A COMÉDIA NO BRASIL. A SUA ARTE SE TORNAVA POTÊNCIA PARA O COMBATE AO PRECONCEITO. JORGE FOI UM HOMEM, NEGRO, CARIOCA E GAY E QUE SE FAZ ETERNO NO CENÁRIO DA COMÉDIA E NA COMUNIDADE LGBTQIA+.

Personagem: Vera Verão

Data: 29 de março de 1952 - 11 de janeiro de 2003 (50 anos)

Cidade natal: Nilópolis, Rio de Janeiro

Ocupação: Ator, Comediante, Dançarino e Transformista



Mídia
LGBTQIA+



LAERTE COUTINHO

UMA DAS MAIORES CARTUNISTAS E CHARGISTAS DO BRASIL. A ARTISTA DISCUTE DIVERSOS TEMAS EM SUAS OBRAS, COMO: A VIDA COTIDIANA DOS BRASILEIROS, QUESTÕES DE GÊNERO E PAUTAS POLÍTICAS. LAERTE, MULHER TRANS E NACIONALMENTE RECONHECIDA, MOSTRA QUE NÃO HÁ IDADE PARA ASSUMIR QUEM REALMENTE SE É.

Data: 10 de junho de 1951 (70 anos)
Cidade Natal: São Paulo, São Paulo
Ocupação: Ilustradora, Cartunista e Roteirista

Vivências
LGBTQIA+

MARIELLE FRANCO

FOI MUITAS EM UMA SÓ: MULHER, NEGRA, MÃE,
BISSEXUAL, SOCIÓLOGA, ATIVISTA E VEREADORA.
COMO VEREADORA LUTAVA ATIVAMENTE
PELO RECONHECIMENTO E PELOS DIREITOS
DE MINORIAS SOCIAIS DO NOSSO PAÍS.
COM PLURALIDADE E RESISTÊNCIA,
DEIXOU A SUA MARCA E SUA LUTA NA POLÍTICA
E NA HISTÓRIA NACIONAL.

Data: 27 de julho de 1979 - 14 de março de 2018 (38 anos)
Cidade Natal: Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
Ocupação: Socióloga, Vereadora e Defensora dos Direitos Humanos

Vivências
LGBTQIA+



PAULO ROBERTO IOTTI VECCHIATTI

UTILIZA OS SEUS CONHECIMENTOS JURÍDICOS
PARA CONTRIBUIR COM A PROMOÇÃO
DOS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+.
O ADVOGADO FOI O AUTOR DA AÇÃO QUE TORNOU
CRIME A PRÁTICA DA LGBTFOBIA. IOTTI É
UMA DAS GRANDES REFERÊNCIAS NA DEFESA
DA DIGNIDADE E DA CIDADANIA
DE PESSOAS LGBT+ NO PAÍS.

Data: 26 de março de 1982 (40 anos)
Cidade Natal: São Paulo, São Paulo
Ocupação: Advogado, Professor e Ativista Político

Vivências
LGBTQIA+





ROGÉRIA

A TRAVESTI ERA ESTRELA NOS PALCOS DO TEATRO E DA TV. EM PLENA DITADURA MILITAR, FOI ESTRELA DE GRANDES ESPETÁCULOS EM TODO O PAÍS. A ATRIZ EVIDENCIAVA AS CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE BRASILEIRA: NO TEATRO, ERA APLAUDIDA ENQUANTO ARTISTA; E NAS RUAS, ERA PERSEGUIDA PELA SUA IDENTIDADE TRAVESTI.

Data: 25 de maio de 1943 - 04 de setembro de 2017 (74 anos)
Cidade Natal: Cantagalo, Rio de Janeiro
Ocupação: Cantora, Atriz, Comediante e Maquiadora

Vivências
LGBTQIA+



INDIANARA ALVES SIQUEIRA

ESTÁ HÁ 30 ANOS NO ATIVISMO PELA DEFESA DOS DIREITOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+. LUTOU PELO DIREITO AO USO DO NOME SOCIAL PARA PESSOAS TRANS E TAMBÉM FUNDOU A "CASANEM" E O PROJETO "PREPARANEM", ESSES DOIS POSSIBILITAM O ACOLHIMENTO E A EDUCAÇÃO FORMAL PARA A COMUNIDADE TRANS DO PAÍS.

Data: 18 de maio de 1971 (idade 50 anos)
Cidade Natal: Paranaguá, Paraná
Ocupação: Ativista dos Direitos Humanos

Vivências
LGBTQIA+



MARTA VIEIRA DA SILVA

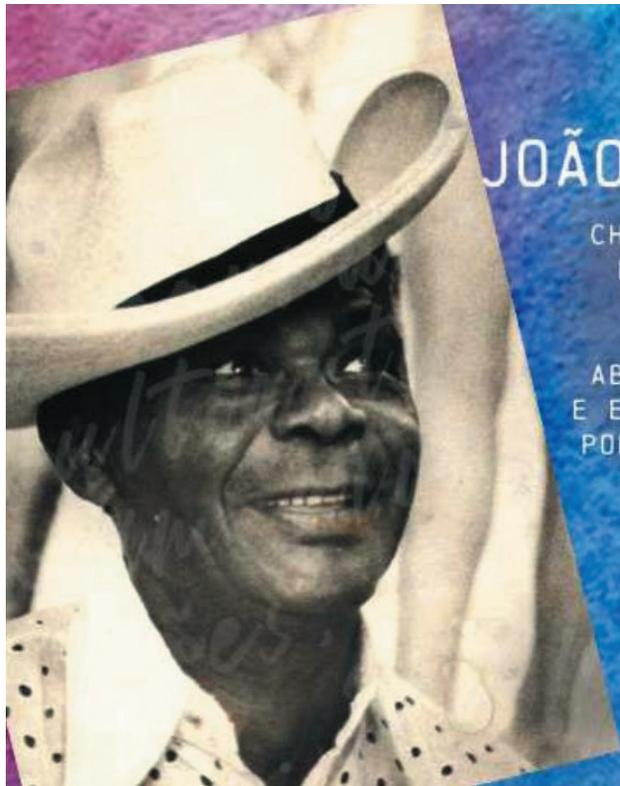
EM UM PAÍS COM POUCA VISIBILIDADE PARA O FUTEBOL FEMININO, MARTA É UMA DAS MAIORES FUTEBOLISTAS DO MUNDO. A ESPORTISTA COLECIONA DIVERSOS TÍTULOS, EM ESPECIAL, O DE MELHOR JOGADORA PELA FIFA. MARTA É A PROVA DE QUE LUGAR DE MULHER É ONDE ELA QUISER, INCLUSIVE, NO CAMPO DE FUTEBOL.

Data: 19 de fevereiro de 1986 (idade 36 anos)

Cidade Natal: Dois Riachos, Alagoas

Ocupação: Atleta

Vivências
LGBTQIA+



JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS

CHAMAVA ATENÇÃO E EXIBIA A CONTRADIÇÃO. ERA UM "MALANDRO" COM UMA IDENTIDADE AFEMINADA. A ARTISTA E TRANSFORMISTA TORNOU-SE REFERÊNCIA, POIS EXIBIA ABERTAMENTE O ORGULHO DE SUA IDENTIDADE E ENFRENTAVA O PRECONCEITO QUE VIVENCIAVA POR TER UMA PERSONALIDADE TRANSGRESSORA.

Data: 25 de fevereiro de 1900 - 12 de abril de 1976 (76 anos)

Cidade Natal: Glória do Goitã, Pernambuco

Ocupação: Transformista

Vivências
LGBTQIA+

Publicação no Instagram da diretora-geral sobre o dia 19/06, dia do Cinema Brasileiro, com seleção de filmes LGBTQIA+

Durante o mês de junho, o Comitê Permanente de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal promoveu atividades para celebrar o Dia do Orgulho #LGBTQIA+. No dia 19 foi celebrado o Dia do Cinema Brasileiro, data escolhida em homenagem ao ítalo-brasileiro Afonso Segreto, considerado um dos cinegrafistas pioneiros do país, por ter sido responsável pelas primeiras imagens em movimento em 1898.



Cine Debate - Elisa Y Marcela - "Amor fora do armário: uma realidade possível?"

O Cine Debate do Senado Federal fez uma conversa aberta ao público interno e externo sobre o filme *Elisa y Marcela*, de 2019. O filme é baseado na primeira união homossexual da Europa e o que mais se

destaca é a sensibilidade trazida e o contexto envolvido: o que elas enfrentaram e o que fizeram para manter esse relacionamento. Camila Hummel e Rolf Regehr conduziram o debate pela plataforma Zoom.



IMAGEM: LEOPOLDO SILVA/AGÊNCIA SENADO

Iluminação em alusão ao Dia do Orgulho LGBTQIA+



Projeto prevê acolhimento e auxílio para jovens LGBTQIA+ em vulnerabilidade

Projeto de lei apresentado no Senado prevê acolhimento a jovens LGBTQIA+ e garante vagas estudantis em universidades federais e empregos para jovens acolhidos. O PL 1.540/2022 é de autoria do senador Rogério Carvalho (PT-SE).

O PL trata sobre as Casas de Acolhimento das Vítimas de Violência LGBTQIA+, que devem ser mantidas pelo governo através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e poderão receber jovens entre 18 e 21 anos em situação de vulnerabilidade que, compulsoriamente, foram afastados do convívio familiar por motivo de discriminação de gênero ou de orientação sexual.

A proposta também inclui para os jovens acolhidos a reserva de, no mínimo, 1% dos cargos em sociedades empresariais e vagas no ensino superior federal, por meio da alteração da Lei de Cotas para o Ensino Superior (Lei 12.711, de 2012).

Ainda de acordo com o projeto, as Casas de Acolhimento das Vítimas de Violência LGBTQIA+ deverão, pelas redes de assistência psicossocial do poder público e do Sistema Único de Saúde (SUS), fornecer auxílio técnico para os jovens, que viverão em comunidade e deverão receber atendimento que respeite as devidas necessidades de acessibilidade, educação e saúde, além de acompanhamento para inserção no mercado de trabalho.

Respeito e boas práticas são foco em manual voltado à inclusão LGBTQIA+

O Senado lançou no dia 28 de junho, dia em que se comemora o Orgulho LGBTQIA+, um guia para fomentar a inclusão e fornecer mais informações sobre a nossa diversidade.

De acordo com a coordenadora do comitê, Stella Vaz, o [Manual Inclusão e Diversidade LGBTQIA+](#) tem o propósito informativo e, assim como toda a programação do mês de junho, buscou divulgar as histórias e

celebrar as conquistas da comunidade. A publicação foi coordenada pelo Comitê, com o apoio da Diretoria-Geral. Uma obra de autoria coletiva, com design gráfico de Thomas Cortês e textos da equipe do comitê: Indira Barros Gualberto, Devair Sebastião Nunes, Christian Caetano de Lima e Maria Terezinha Nunes. A obra pode ser acessada também pela [Biblioteca Digital do Senado Federal](#) (BDSF).



JULHO

2023

Josiara Leite é selecionada em premiação que aborda orçamento e direitos humanos

Josiara Leite é formada em Ciência Política. No trabalho de graduação, falou sobre representação de gênero. Em seguida, fez uma especialização em Gestão Pública e decidiu escrever sobre orçamento e controle social. Hoje em dia, já no mestrado, analisa a Fundação Palmares, que, “apesar de não ser grande, cuida de mais da metade da população, que é preta e parda”. Não é difícil perceber que Josiara, mulher e negra, levou para a academia um tema de estudo que lhe toca: a representação política. E, por isso mesmo, tem produzido, trabalhado e buscado respostas e caminhos a partir de um olhar crítico.

No dia 24 de junho, ela foi premiada pelo artigo que escreveu sobre Emendas Parlamentares e Representatividade Política: uma análise da execução das emendas parlamentares direcionadas para a ação da Casa da Mulher Brasileira. A ocasião foi o 1º Prêmio Orçamento Público, Garantia de Direitos e Combate às Desigualdades, uma iniciativa da Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (Assecor) e da Fundação Tide Setubal. A ideia da premiação é abordar o orçamento com olhar mais humano.

O trabalho da Josiara mostra como um tema aparentemente árido, como o orçamento, está recheado de desdobramentos

com grande peso na garantia dos direitos humanos. É uma forma de lembrar como as decisões técnicas debatidas no Congresso têm uma consequência forte no dia a dia da sociedade, em especial dos mais vulneráveis. É como se o artigo pudesse nos mostrar as duas pontas do novelo de uma política pública. No começo desse fio, está a intenção inicial, que se desenrola nos debates, nas garantias, na alocação orçamentária e, enfim, na ponta oposta do fio, está a pessoa real a quem aquela decisão se destina.



Ludmila Neves celebra o Julho das Pretas

Em 2022 aconteceu a 10ª edição do Julho das Pretas, ação promovida pelo Odara, Instituto da Mulher Negra, para celebrar o Dia da Mulher Negra Latina Americana e Caribenha (25 de julho).

O Senado não ficou de fora dessa! Por isso, Ludmila Neves, do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, indica para a gente o curta Carolina, sobre Carolina de Jesus, autora do livro Quarto

de Despejo (Francisco Alves, 1960), e deixou também dicas sobre os eventos que aconteceram no Senado:

- 14/7 – Roda de conversa sobre racismo algorítmico, com a presença de mulheres negras da tecnologia, como Amanda Vieira e Silvana Bahia, da organização Preta Lab;
- 22/7 – Aula de Kematic Yoga, modalidade da ancestralidade africana, a ser ministrada por Kimah Monifa. Será presencial, às 10h.



Ações do Julho das Pretas

O Julho das Pretas é uma iniciativa criada em 2013 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra em homenagem ao 25 de julho, Dia Internacional das Mulheres Negras, Afros, Latino-americanas e Caribenhas, como também para dar visibilidade à agenda política das mulheres negras.

Em 2022, o Senado Federal participou do Julho das Pretas organizando uma série de eventos pertinentes ao tema em todo o mês de julho.

O primeiro evento realizado foi a Sessão Solene para celebrar o Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, que ocorreu no dia 11 de julho. Depois, na mesma semana, dia 14, teve a Roda de Conversa com Amanda Vieira e Silvana Bahia, em que elas debateram os temas “Racismo algorítmico” e “A presença da mulher negra na tecnologia”, e, dia 15, a *live* com a organização Mulheres Negras Decidem no Programa TV Senado Lives. Os temas foram representatividade e os desafios da mulher negra.

Na semana seguinte, em homenagem à data, teve uma aula de Kemetic Yoga com a professora Kinah Monifa, no dia 22,

e um Especial da Rádio Senado, no dia 23. O Autores e Livros trouxe uma seleção de autoras negras e entrevistou Verenilde Santos Pereira, autora do romance, *Um Rio sem Fim*, pioneiro na ficção afro-indígena brasileira ao abordar temas como a representação de grupos marginalizados, a decolonialidade e as intersecções no lugar de fala.

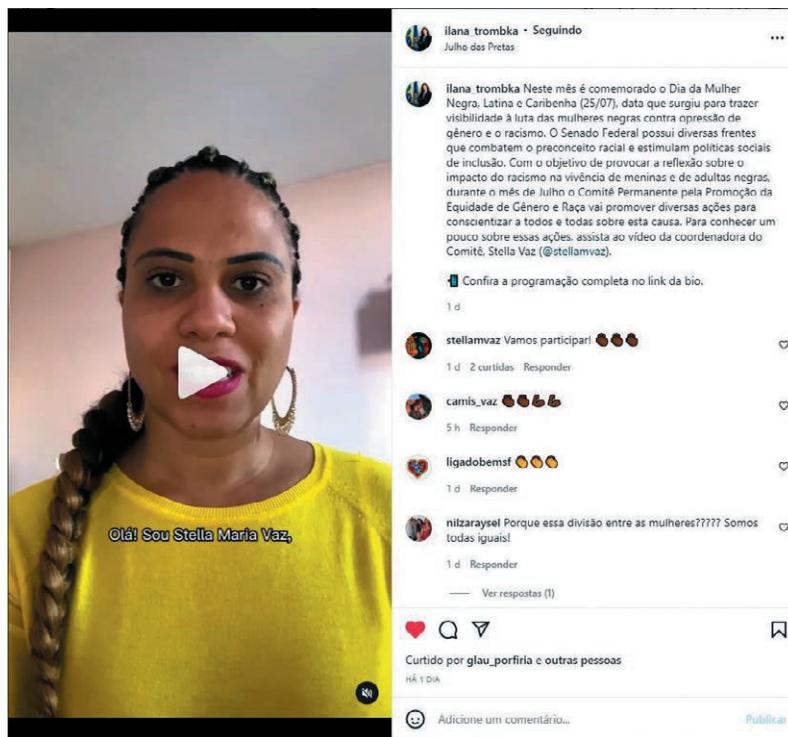


IMAGEM: ILANA TROMBKA

RODA de CONVERSA

JULHO DAS PRETAS

RACISMO ALGORÍTMICO E A PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS NA TECNOLOGIA

14 DE JULHO, ÀS 17h

PALESTRANTES:

Amanda Silva
Desenvolvedora de softwares, professora, organizadora da comunidade Analython, colaboradora na plataforma Pretalud.

Siviana Bahia
Mestre em Cultura e Tecnologias, pesquisadora, coordenadora da plataforma Pretalud.

MEDIADOR:

Alessandro Albuquerque
Analista de Inteligência Legislativa do Senado Federal.

NA PLATAFORMA ZOOM
CLIQUE AQUI PARA PARTICIPAR.

Gênero e Raça

JULHO DAS PRETAS

PROGRAMAÇÃO

Julho das Pretas é iniciativa criada em 2013 pelo Odara - Instituto da Mulher Negra em homenagem ao 25 de Julho, Dia Internacional das Mulheres Negras, Afros, Latino-americanas e Caribenhas, como também para dar visibilidade à agenda política das mulheres negras.

Em 2022, o Senado Federal participará do Julho das Pretas organizando uma série de eventos pertinentes ao tema.

11/7 - SEGUNDA-FEIRA - 10h
Sessão Especial: homenagem ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra - Plenário do Senado Federal.

14/7 - QUINTA-FEIRA - 17h
Roda de Conversa: Amanda Vieira e Siviana Bahia vão debater o tema "Racismo algorítmico e a presença de mulheres negras na tecnologia". Mediação: Alessandro Pereira, diretor do Produsen.
Link para o evento:
https://bit.ly/julhodaspretas_rodadeconversa

15/7 - SEXTA-FEIRA - 9h
Live com a organização Mulheres Negras Decidem no programa TV Senado Lives.

22/7 - SEXTA-FEIRA - 10h
Aula de kemetiç yoga, com Kinah Monifa
Inscrições: https://bit.ly/julhodaspretas_aulayoga

23/7 - SÁBADO - 17h
Especial da Rádio Senado Autoras Negras, com a escritora Verenilde Pereira.

Gênero e Raça

JULHO DAS PRETAS

COLOQUE CORPO E MENTE EM EQUILÍBRIO PARTICIPANDO DA NOSSA

AULA PRESENCIAL DE KEMETIÇ YOGA

Com a professora Kinah Monifa

22 de julho, às 10h
No jardim atrás do prédio do Conselho Editorial (Bloco 4 da Gráfica do Senado)

Inscrição:
https://bit.ly/julhodaspretas_aulayoga

SENADO FEDERAL

A Procuradora Especial da Mulher do Senado Federal, Senadora Leila Barros, convida para a Sessão Especial destinada a homenagear o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra

Data: 11 de julho de 2022
Hórorio: 10 horas
Local: Plenário do Senado Federal



TV SENADO LIVE

Mulheres negras

Participe Ao Vivo

[Twitter](#) [Facebook](#) [YouTube](#) /tvsenado

tvsenado

Sessão especial celebra Dia de Tereza de Benguela e da Mulher Negra

A sessão especial no plenário foi realizada dia 11 de julho, em homenagem ao Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, celebrado em 25 de julho. A sessão foi resultado da parceria entre a Procuradoria Especial da Mulher (Promul) e do Comitê Permanente pela Promoção de Igualdade de Gênero e Raça da Casa.

A coordenadora do Comitê, Stella Vaz, afirmou que há algum tempo vem planejando a celebração e a conscientização sobre o chamado Julho das Pretas, campanha iniciada em 2013 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra.

Tereza de Benguela viveu no século 18 e foi casada com José Piolho, chefe do Quilombo do Piolho, na fronteira entre Mato Grosso e Bolívia. Com a morte do marido, Tereza se tornou a líder do quilombo, e, sob sua liderança, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas.

Uma das convidadas para a sessão especial de segunda, a mestra em psicologia da Universidade de Brasília (UnB) Izete Santos, afirmou que, desde a época de Tereza, a mulher negra no Brasil luta por respeito.

Dia dos Povos Indígenas, em 19 de abril, substitui Dia do Índio

O tradicional Dia do Índio, comemorado todo 19 de abril, passou a ser chamado oficialmente de Dia dos Povos Indígenas. É o que define a Lei 14.402, de 2022, promulgada pelo presidente Jair Bolsonaro. A mudança do nome da celebração tem o objetivo de explicitar a diversidade das culturas dos povos originários.

A alteração ocorreu com a aprovação do PL 5.466/2019, que revoga o Decreto-Lei 5.540, de 1943.



Política, história e inclusão nas dicas de sexta-feira



Maria Isabel é assessora do senador Paulo Paim (PT-RS) e integrante do Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado. Com dicas sobre conscientização política, ela indicou um livro da filósofa americana Angela Davis *Mulheres, cultura e política* (Editora Boitempo) e outro da educadora mineira Luana Tolentino, *Outra Educação É Possível* (Editora Mazza). Além da indicação, ela sugeriu o uso do livro para seguirmos a Lei 10.639/2003, que torna obrigatória a difusão de história e cultura afro-brasileira na rede de ensino oficial.

Equidade de gênero e raça são destaque nas dicas de sexta-feira

Gláucia Porfíria, estagiária do Comitê de Equidade do Senado, aproveitou as dicas de sexta-feira para lembrar aos colaboradores da Casa sobre a página do Comitê, onde ficam organizados todos os eventos e ações do grupo. Mas, é claro, ela também trouxe dicas culturais, e aproveitando que o clima do vídeo é de equidade, ela escolheu um filme e um livro fundamentais para quem quer estar em dia com o tema.



Após racismo contra filha de colaboradora, Senado promove sessão de fotos com crianças

A pequena Pillar Fernandes, 7 anos, é uma menina sorridente e cheia de carisma. Isso não impediu que uma colega da escola usasse termos ofensivos e racistas para se referir a ela negativamente. O episódio foi relatado por sua mãe, Charlleny Fernandes, da Coordenação de Arquivo (Coarq), em um grupo de mães do Senado, que mobilizou a Casa. Motivado pela situação o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e o Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça do Senado promoveram uma sessão de fotos com filhos de colaboradores negros como parte do projeto *Crianças Negras no Senado*.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, também se envolveu na iniciativa e falou sobre a importância de valorizar a beleza, a ancestralidade e a inclusão da criança negra.

Coordenadora do Comitê de Igualdade, Stella Maria Vaz disse que a ideia inicial era trabalhar uma campanha com pré-adolescentes ao fim do ano, mas a discriminação sofrida por Pillar antecipou a ação. Além da sessão de fotos para montar uma galeria temática, ela e sua equipe escreveram um artigo sobre o projeto e seus propósitos para a Intranet. O coordenador do

Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça do Senado, Devair Sebastião Nunes, comentou a importância de as crianças negras ocuparem espaços de poder na Casa e de se sentirem bem-vindas.

IMAGENS: RODRIGO VIANA/SRPCO



Projeto Racismo em Pauta - Artigo: Julho das Pretas e a luta pela igualdade

O 25 de julho está longe de ser rotineiro em nossos calendários. Nessa data é comemorado o Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, em homenagem ao primeiro encontro dessas mulheres em Santo Domingo, capital da República Dominicana, no ano de 1992.



No Brasil, é marcado também como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, instituído pela Lei nº 12.987/2014, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, com o propósito de relembrar e legitimar o papel social da mulher negra na sociedade brasileira. Tereza de Benguela foi uma importante líder do Quilombo Quariterê, ela foi responsável por conduzir comunidades negras e indígenas contra o sistema escravista vigente no período colonial brasileiro.

Nacionalmente, ocorre ainda o Julho das Pretas, uma ação realizada desde 2013 pelo Instituto da Mulher Negra (Odara), que conta com a articulação política e propositiva de organizações e movimentos de mulheres negras do Brasil. O evento consiste em debates, manifestações públicas e criação de conteúdos que visam discutir sobre a igualdade de gênero e de raça, dar visibilidade e voz às mulheres negras, além de fortalecer sua presença em diversos espaços da sociedade.

O *Julho das Pretas* foi inicialmente abraçado pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste e, aos poucos, foi ganhando o Brasil com a adesão de diversos movimentos, ONGs e institutos voltados à mulher negra. Todos os anos eles escolhem conjuntamente a temática do evento. Em 2022, o tema é "Mulheres Negras no Poder, construindo o Bem Viver!"

Para celebrar os 10 anos do *Julho das Pretas* e os 30 anos do Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latino-americana e Caribenha completados neste ano, o Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça promove uma série de eventos com o objetivo de dar visibilidade e voz a essas mulheres, e sobretudo, instigar a ascensão social delas na nossa sociedade, principalmente nos cargos de liderança.

As mulheres negras e a liderança

A desigualdade salarial e ocupacional, entre indivíduos brancos e não brancos, ainda é muito presente no Brasil. A pesquisa sobre liderança e diversidade no mercado de trabalho brasileiro, desenvolvida por Santos (2020), retrata algumas das realidades presentes na vida das mulheres negras brasileiras: elas sofrem com as barreiras raciais no mercado de trabalho que as impedem de ascender profissionalmente, são maioria nos trabalhos domésticos, são as que possuem o rendimento mensal mais baixo (se comparado a homens brancos, negros e mulheres brancas) e integram a base da pirâmide social brasileira. Para a autora, “a mulher negra sofre discriminação de gênero, de cor, setorial, regional e ocupacional, mais que as outras categorias”.

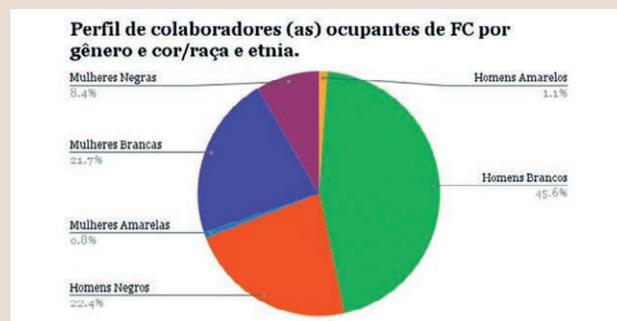
O estudo avaliou dados de 435 empresas listadas no Relatório Anual da B3 e constatou que, de 2012 a 2018, embora a porcentagem de mulheres em cargos de estágio seja considerável (50%), quando é observado a proporção das mesmas em cargos executivos o nível é muito baixo (10%). Ou seja, independentemente da questão racial, as mulheres estão sub-representadas em cargos de tomada de decisão dentro das empresas.

Em consonância com essa realidade, o documento Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que a porcentagem de mulheres em cargos gerenciais era 37,4% contra 62,6%

de homens. Adicionalmente, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a porcentagem de mulheres negras em cargos de liderança, como diretoras ou gerentes, chega a apenas 2,4%. Em 2018, um outro estudo do IBGE identificou que a porcentagem de mulheres negras com mais de 25 anos e com ensino superior completo era apenas de 10,4% se comparado com as mulheres brancas: 23,5%.

No Senado

O gráfico abaixo apresenta uma noção da composição de gênero e étnico-racial em cargos de função comissionada no Senado. Nele, é possível observar que as mulheres negras (pretas e pardas), similarmente à realidade encontrada no nosso país, ainda estão pouco representadas. Elas são apenas 8,4%, enquanto os homens brancos estão mais bem representados, em torno de 45,6%.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora, com dados coletados nas plataformas do Senado Federal.

Trilha da igualdade

O caminho para que as mulheres consigam alcançar cargos de liderança, na opinião de Santos (2020), está na melhoria e no investimento em educação e em qualificação profissional, mas no caso das mulheres negras, isso seria mais urgente, uma vez que ainda possuem menos acesso ao ensino superior.

Aliada a isso, uma ação necessária na busca de maior igualdade entre homens e mulheres, negros e

brancos também estaria atrelada à promoção de políticas de diversidade e de equiparação salarial nas empresas e nas instituições, a fim de que se criem mais oportunidades para mulheres e demais grupos minoritários. Dentro desse contexto também está a necessidade de inserção das mulheres em cargos políticos.

Este artigo foi escrito por Mariana Xavier, estagiária do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Live 30 anos do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha - Ilana Trombka e Heliana Hemeterio

Para celebrar a data no dia 26, Ilana Trombka, diretora-geral do Senado Federal, conversou com a historiadora, pesquisadora e ativista do movimento negro e LGBTQIA+ Heliana Hemeterio (@helia-

nahemeterio), em uma *live* no perfil dela, sobre a importância de falar sobre as lutas que as mulheres negras enfrentam diariamente.

The poster features a vibrant background with a gradient from purple to orange. At the top left, the word 'LIVE' is written in large, white, outlined letters. To its right, the date and time '26 JUL • 17H' are displayed in white, followed by the Instagram handle '@ILANA_TROMBKA'. Below this, two circular portraits are shown. The left portrait is of Heliana Hemeterio, an older woman with short white hair and glasses, wearing a blue top. Below her portrait is a white oval containing her name 'HELIANA HEMETERIO' and the text 'historiadora e pesquisadora do movimento negro e LGBTQIA+'. The right portrait is of Ilana Trombka, a woman with long brown hair, wearing a red top. Below her portrait is a white oval containing her name 'ILANA TROMBKA' and the text 'diretora-geral do Senado Federal'. At the bottom of the poster, the event title '30 anos do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha' is written in white. On the right edge of the poster, there is vertical text: 'IMAGEM INSTAGRAM ILANA TROMBKA'.

Publicação no Instagram da diretora-geral sobre 8 propostas da pauta feminina que viraram leis

No Senado ([@senadofederal](#)) nos esforçamos para avançar na área administrativa na promoção e garantia da equidade de gênero, mas é da área legislativa que saem os avanços que mais impactam a cidadania brasileira. Impulsionado pela ação da bancada feminina e pelo ambiente favorável de votações criado pelo presidente Rodrigo Pacheco ([@rodrigopacheco](#)), o primeiro semestre de 2022 foi marcado pela aprovação de diversas medidas que garantem avanços na atualização de leis que protegem e apoiam as mulheres.

As senadoras e senadores trabalharam incansavelmente em projetos que vão desde proposições de combate à violência doméstica, passando pelo incentivo ao empreendedorismo feminino, até a derrubada do veto à distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda.

Neste ano eleitoral, este resultado reforça a ideia da necessidade de ampliarmos a participação feminina na política. Ainda há muito para ser feito e o segundo semestre se inicia com diversas outras proposições para serem trabalhadas ao longo do ano. Assim, poderemos concluir 2022 com a certeza de que lutamos por um país mais seguro, justo e com espaços políticos para nós, mulheres.

Cria o Dia Nacional de Conscientização das Doenças Cardiovasculares na Mulher	PL 1.136/2019 Lei nº 14.320 de 2022
Busca garantir maior participação feminina nas comissões do Senado	PRS 36/2021 Resolução do Senado Federal nº 7 de 2022
Denomina como Redação Repórter Larissa Bortoni a sala da redação da Rádio Senado	PRS 54/2020 Resolução do Senado Federal nº 12 de 2022
Promulgação da Lei que cria o Programa de Proteção e Promoção de Saúde Menstrual e prevê a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual.	PL 4.968/2019 Lei nº 14.214 de 2021

Amplia o atendimento de atenção integral à mulher pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na prevenção e no tratamento dos cânceres do colo uterino, de mama e colorretal	PL 6.554/2019 Lei nº 14.335 de 2022
Inclui o Plano Nacional de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher como instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS)	PL 4.287/2020 Lei nº 14.330 de 2022
Inclui o crime de violência institucional na Lei de Abuso de Autoridade	PL 5.091/2020 Lei nº 14.321 de 2022
Institui o dia 13 de março como Dia Nacional de Luta contra a Endometriose	PL 414/2020 Lei nº 14.324 de 2022



AGOSTO

2022

Exposição “Corpos” acolhe e celebra a diversidade dentro do Senado



Aconteceu em 1º de agosto a exposição “Corpos – Respeito à diversidade dos corpos femininos”, no Senado Galeria. A ação foi parte da campanha contra a gordofobia, pioneira no serviço público, inserida no Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado. Com desenhos em nanquim da artista, servidora do Senado, Nereida de Paula, a mostra representa um avanço na temática, como destacou a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka.

De iniciativa da Diretoria-Geral do Senado, em parceria com o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT) e com o Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça, a expectativa era que a campanha desse o exemplo e não fosse isolada.

O líder do PSD no Senado, senador Nelsinho Trad (PSD-MS), também prestigiou o evento. Ele elogiou o fato de o espaço Senado Galeria estar sempre pulsante com diferentes exposições e reconheceu o papel fundamental da administração em abrir esse espaço, dando oportunidade e motivação aos artistas.

Agosto Lilás lembra os 16 anos da Lei Maria da Penha

O Senado e a Câmara dos Deputados lançaram a campanha “Agosto Lilás”, com o tema “Um instrumento de luta por uma vida livre de violência”, em referência à Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que, em 2022, completou 16 anos. Além da iluminação das cúpulas do Congresso Nacional na cor lilás, durante o mês de agosto, aconteceram debates sobre o enfrentamento da violência contra a mulher nas suas diversas formas.



Projeto Racismo em Pauta - Artigo: A inteligência artificial pode apresentar viés racista, preconceituoso?

IMAGEM: ADOBE STOCK



Antes de continuar lendo este artigo, faça a seguinte experiência: abra o seu navegador de internet e pesquise pelo seguinte conjunto de palavras: “homem foto”. Depois, vá na parte de resultados em imagens. Com o resultado, responda às perguntas abaixo:

- Qual porcentagem de homens negros há na sua primeira página?
- Qual a porcentagem de homens idosos?
- Qual é o padrão que salta aos seus olhos?

Repita a experiência para o conjunto de palavras “mulher foto” e faça as mesmas perguntas.

No meu navegador Google Chrome, em 21/6/2022, às 17h, obtive o seguinte resultado:

Argumento de pesquisa	homem foto	%	mulher foto	%
Total de imagens	22	100%	25	100%
Negro(a)	0	-	2	8%
Pardo(a)	3	14%	0	-
Asiático(a)	1	5%	0	-
Indígena	0	-	0	-
Indefinido(a)	1	5%	0	-
Branco(a)	17	77%	23	92%
Aparentemente Idoso(a)	2	9%	0	-

No meu navegador Microsoft Bing, em 21/6/2022, às 17h, obtive o seguinte resultado:

Argumento de pesquisa	homem foto	%	mulher foto	%
Total de imagens	25	100%	26	100%
Negro(a)	1	4%	0	-
Pardo(a)	2	8%	0	-
Asiático(a)	0	-	1	4%
Índigena	0	-	0	-
Indefinido(a)	1	4%	1	4%
Branco(a)	21	84%	24	92%
Aparentemente Idoso(a)	0	-	0	-

Se você, leitor, fez esse teste, muito provavelmente os resultados de suas pesquisas foram parecidos com estes. Uma porcentagem bem alta de homens e mulheres brancos. Do resultado obtido, embora o teste não possua um rigor científico e o conjunto amostral seja bem pequeno, podemos depreender que há um viés no resultado das buscas. O algoritmo, a inteligência artificial (I.A.) por trás dos mecanismos de busca, apresenta como “homem padrão” e “mulher padrão” o “homem jovem branco europeu” e a “mulher jovem branca europeia”, reforçando, neste exemplo, o racismo estrutural. No teste que fizemos o resultado só será diferente se acrescentarmos outras palavras ao argumento de pesquisa, como por exemplo “homem negro foto” e “mulher negra foto”.

“Homem negro” não é homem? “Mulher negra” não é mulher? Mesmo não utilizando o olhar do analista de informática que sou, percebe-se que esse tipo de

distinção não tem sentido; as imagens nos repositórios de busca deveriam ser mais ou menos igualitárias em quantidade de homens negros, brancos, asiáticos, indígenas, jovens, idosos etc.

Os algoritmos de busca deveriam trazer respostas mais aleatórias. Neste caso, deveríamos ver quase a mesma quantidade de imagens de pessoas negras e de pessoas brancas. Mas não é o que acontece na realidade. Há algo errado, muito errado, portanto.

E a sociedade não tem dado a devida atenção aos problemas que podem advir deste viés. Por exemplo: quais efeitos serão produzidos na sociedade quando o reconhecimento facial for amplamente aplicado às políticas de segurança pública? E quando algoritmos enviesados forem aplicados à educação e à saúde?

No Brasil, segundo artigo de Bruno Sousa, de 22 de abril de 2021, publicado no site Rede de Observatórios da Segurança, a tecnologia de reconhecimento facial começou a ser testada em 2019. No primeiro ano, 184 pessoas foram presas com o uso dessa tecnologia, das quais 90% eram negras.

O artigo mostra, ainda, uma mulher negra inocente que foi presa no Rio de Janeiro (RJ), após ser apontada pela I.A. como foragida, por ter mais de 70% de semelhança com outra mulher encarcerada.

Um achado perturbador foi o da pesquisadora Joy Buolamwini — ativista digital e cientista da computação ganense-americana —, do MIT Media Lab, que verificou

que os sistemas de I.A. identificavam seus colegas de pele branca, mas não reconheciam o rosto dela, negro, como sendo um rosto humano. Todavia, ao colocar uma máscara clara diante do rosto os sistemas passavam a reconhecê-la como um ser humano.

Ao aprofundar a pesquisa com produtos de três empresas (IBM, Microsoft e Face++), Buolamwini verificou que imagens de homens brancos eram mais facilmente identificadas do que de mulheres negras. Uma evidente demonstração de que os sistemas de I.A. possuíam um viés racista. A partir dessa experiência, a pesquisadora resolveu fundar a Liga da Justiça Algorítmica ([Algorithmic Justice League](#)).

Outro fato noticiado mundialmente foi a identificação errônea feita pelo Google Fotos em 2015, na qual as pessoas negras eram classificadas como gorilas. Na ocasião, a gigante da tecnologia, confrontada com o problema, desculpou-se. Mas como ficam o sentimento e a autoestima das pessoas com esse tipo de tratamento?

Os grandes fabricantes de soluções de I.A. estão nos países com maioria de pessoas brancas, como Europa e EUA. Mas as soluções criadas por eles são rapidamente utilizadas nos países abaixo da Linha do Equador, cujas populações serão afetadas pelos vieses desses algoritmos.

Imagino que esse problema seria um pouco mitigado se houvesse mais pessoas não brancas participando dos processos de criação das soluções, das validações de

suas funcionalidades e das aplicabilidades. Se não houver a inclusão de pessoas diversas no processo criativo, teremos mais do mesmo, isto é, mais discriminação e mais preconceito com a desculpa fácil e impessoal de “falha de sistema”. Mas, com isso, vem outra pergunta inquietante: “quais pessoas podem sofrer as consequências dessas “falhas”?”

Para se aprofundar mais nesta questão, recomendo a leitura do livro *Racismo algorítmico: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais*, de Tarcízio Silva.

Este artigo foi escrito por Devair Sebastião Nunes, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça, do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

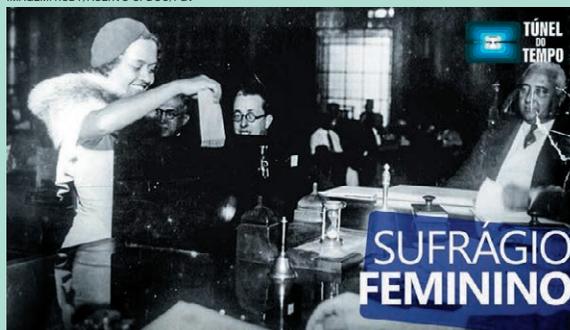
Luta pelo voto feminino enfrentou preconceitos e resistência política

A possibilidade de a mulher votar ameaça a organização tradicional da família e a estabilidade social. Esse e outros argumentos preconceituosos nortearam as primeiras discussões sobre o sufrágio feminino no Brasil, ainda na década de 1890. Apesar de depreciativos, serviram de gasolina entre grupos feministas para incendiar o debate, o que ocasionou, em 1932, enfim, a legalização do voto feminino.

A matéria temática da série Arquivo S, parceria entre a Agência Senado e a Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGidoc), escrita por Ricardo Westin, conta detalhes sobre os 90 anos do voto feminino, comemorados em 24 de fevereiro de 2022. O texto também aborda alguns dos percalços que sufragistas enfrentaram antes (e depois) da liberação.

Os papéis do Arquivo do Senado mostram que, se por um lado as mulheres, sendo inelegíveis, não puderam participar dos debates em Plenário; por outro lado, elas atuaram nos bastidores com uma forte pressão sobre os políticos que tinham voz na arena política. De 1917 em diante, nas ocasiões em que os projetos referentes ao voto feminino entravam

IMAGEM: RUDY/ACERVO CPDOC/FGV



em debate, as feministas sempre iam às galerias do Senado e da Câmara para se manifestar.

Os grandes nomes do movimento sufragista no Brasil foram Leolinda Daltro, que em 1910 criou o Partido Republicano Feminino (“partido” apenas no nome), e Bertha Lutz, que uma década depois fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (mais tarde rebatizada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino).

Atuação do Senado na Rede Equidade ganha destaque na Semana de Inovação

A Rede Equidade, da qual o Senado faz parte junto a dez instituições, foi um dos destaques durante a Semana de Inovação, uma das maiores feiras da América Latina para o setor público. Maria Terezinha Nunes, servidora da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP) e gestora da Rede, participou de uma mesa virtual de conversa para explicar o propósito e a atuação do projeto.



A participação de Terezinha aconteceu a convite de representantes de outras instituições da Rede que já iriam participar da Semana e acharam interessante garantir a presença do Senado nos debates. Uma das facilitadoras do Nainova, Luiza Cabral explica que houve um esforço para motivar Terezinha e outros gestores de projetos da Casa a produzirem vídeos para inscrição no evento. Ela se diz satisfeita com os resultados, mesmo que alguns não tenham sido aprovados.

Liga do Bem arrecada produtos de higiene para mulheres vítimas de violência

O governo fornece alimentação e os itens básicos de higiene para as mulheres acolhidas. Por isso, o foco das doações deve ser em itens de higiene pessoal, de beleza ou acessórios, todos novos e de boa qualidade, como esclarece Patrícia Seixas, coordenadora da Liga do Bem.

— Nós queremos que elas se sintam abraçadas e que tenham acesso a algo além do básico, como um bom creme hidratante ou um perfume gostoso. Isso mostra a elas que não estão sozinhas nesse momento tão frágil e que há pessoas fora dos abrigos apoiando sua luta — explica.

A campanha da Liga chega no *Agosto Lilás*, mês em que se celebra o aniversário da Lei Maria da Penha, que agora completa 16 anos, e no qual são debatidas formas de ampliar e fortalecer as políticas públicas para as mulheres vítimas de violência.



Roda de Leitura - Elas na liderança!: desenvolvendo uma gestão mais humanizada

Elas na liderança! : desenvolvendo uma gestão mais humanizada. Um dilema sempre muito discutido quando falamos de mulheres em cargos de liderança é o equilíbrio entre o lado profissional e o pessoal. Como gerir empresas e pessoas, tomar decisões importantes, sem, contudo, negligenciar os outros papéis assumidos por elas no dia a dia?

O livro, lançado no dia 24 de agosto, trouxe relatos de mulheres que são referências como profissionais, líderes em suas respectivas áreas de atuação, e que, apesar dos desafios e obstáculos impostos pelo trabalho e pela sociedade, mostraram ser possível exercer papéis de liderança de forma bem-sucedida, sem deixar a vida pessoal em segundo plano.

A obra surgiu da necessidade de empoderar mais mulheres, mostrar caminhos e sinalizar opções passíveis de conciliação, equilibrando necessidades e interesses. Que as experiências compartilhadas neste livro possam enriquecer e transformar vidas.

RODA DE LEITURA
BIBLIOTECA DO SENADO

ELAS NA LIDERANÇA!
desenvolvendo uma gestão mais humanizada

VIRTUAL

Juliana Borges

Glauciene Lara

Cláudia Nogueira

Clarissa Ribeiro

QUARTA | 24.08 | 17h

Biblioteca do Senado Federal

SENADO FEDERAL

Publicação no Instagram da diretora-geral sobre a desconstrução de estigmas da masculinidade

Em um país em que casos de abuso e feminicídio acontecem diariamente, entender quais são as raízes da violência contra a mulher é um ponto fundamental. E essa não é uma questão que afeta somente as mulheres, mas também os homens.

Na quinta-feira, 17, a diretora-geral entrou ao vivo no Instagram com o [@gutanaka](#), fundador do [@brotherhoodbrasil](#) (movimento que busca trazer mais consciência sobre o universo masculino), e eles conversaram sobre a desconstrução de estigmas da masculinidade.



IMAGEM: INSTAGRAM/ILANA TROMBKA

Palestra leva conhecimento sobre violência doméstica a prestadores de serviço do Senado

Como parte das atividades da campanha *Agosto Lilás*, a Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul)

tratou sobre a violência doméstica com um público majoritariamente masculino. Mais de 100 contratados do Grupo RCS – Tecnologia, que presta serviço de manutenção elétrica para o Senado, participaram de palestras nos dias 17 e 18 de agosto de 2022.

A palestrante e assessora jurídica da ProMul, Lucia Bessa, acredita que é necessário desconstruir a cultura machista. Ela sensibilizou para a dificuldade das mulheres em impor limites num cenário em que são levadas a aceitar que só a vontade do homem deve prevalecer. Em ditos populares como “antes mal acompanhada do que só”, comportamentos violentos e tóxicos no relacionamento conjugal ganham espaço e até respaldo.

Lucia reforçou que a desconstrução do comportamento violento deve vir antes que a situação acabe em feminicídio. Defendeu, ainda, que nos tornemos todos e todas agentes transformadores da situação.



IMAGEM: INSTAGRAM/ILANA TROMBKA

Roberta Viegas, da Conleg, dá dicas sobre os 16 anos da Lei Maria da Penha



A coordenadora do Núcleo Social da Consultoria Legislativa (Conleg), Roberta Viegas, convidou os colaboradores a aproveitarem o fim de semana e aprofundarem-se a respeito da Lei Maria da Penha, que completa 16 anos em agosto. Ela indicou o curso *Dialogando sobre a Lei Maria da Penha*, ministrado pelo ILB e a obra *Lei Maria da Penha em Miúdos*, que mostra de forma didática e em quadrinhos o que é a violência contra mulheres.

A consultora também informou que a Polícia do Senado e o Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida No Trabalho (SesoQVT) podem ser acionados para amparar ou ajudar com denúncias de violência contra a mulher.

Galeria - Exposição “Corpos” - Nereida de Paula





No Quadradinho da Intra - Dia da
Visibilidade Lésbica

Dia da visibilidade lésbica busca entendimento e respeito

A Comunicação Interna do Senado Federal entrevistou a servidora da TV Senado Daniela Mendes sobre o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Depois de encerrar um relacionamento de 20 anos com o pai de seus três filhos, Daniela descobriu uma outra forma de amor e acredita que a diversidade precisa estar em todo lugar e conta, de peito aberto, sua história em defesa dessa causa.

No dia 29, é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Nesse mesmo dia, em 1996, aconteceu o 7º Se-

minário Nacional de Lésbicas no Rio de Janeiro. A data é um marco para luta e reflexão em busca dos direitos e do respeito às mulheres que sentem amor, afeto e ou atração sexual apenas por outras mulheres.

Stella Maria Vaz, coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça do Senado, ressaltou a importância do dia para que se dê atenção a apagamentos e hostilidades que essas mulheres sofrem na sociedade.

Rede Equidade une-se ao Instituto Avon para ampliar ações de conscientização

A Rede Equidade, composta por 11 órgãos públicos e liderada pelo Senado, foi a São Paulo trocar conhecimento e disseminar o propósito do grupo com o Instituto Avon. O encontro aconteceu em 23 de agosto e focou na campanha *Outubro Rosa*. O time também trabalhou numa possível cooperação técnica para ações relacionadas à campanha da ONU *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres e Meninas*. A Casa também foi representada pela analista legislativa e coordenadora do comitê, Stella Vaz.

A Rede Equidade foi criada a partir de um acordo de cooperação com a assinatura de 11 órgãos públicos e iniciou suas atividades em 11 de março de 2022. No do-

cumento, está disposto que uma das finalidades do grupo é “promover ações conjuntas a fim de instigar uma maior participação das instituições públicas, privadas e associações civis em ações voltadas para a inclusão e diversidade, com foco em gênero e raça”.

O encontro com o Instituto Avon cumpriu esse objetivo e aconteceu após uma visita da diretora-geral Ilana Trombka a São Paulo para conhecer a rede de sustentabilidade da empresa. O instituto atua há 19 anos direcionando investimento social, a princípio, para a causa do câncer de mama e, depois, abordando a questão da violência contra mulheres.



SETEMBRO

2022

Fim de semana de conexão com a ancestralidade

Antonia Ladyjane, a Lady, do Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça do Senado, trouxe sugestões para quem quiser entrar no clima do Dia Internacional da Mulher Indígena, celebrado no dia 5 de setembro.

As dicas começam com o filme infantojuvenil-*Tainá: uma aventura na Amazônia* (Tânia Lamarca e

Sérgio Bloch, 2000). Na sequência, tem a indicação de uma visita ao restaurante flutuante e temático Oca da Tribo e, por fim, ela indica a escritora Márcia Kambeba, que compõe em tupi e português.



Cacicas e pajés devem ser ativas e líderes, diz ativista no Dia Internacional da Mulher Indígena



O Dia Internacional da Mulher Indígena é comemorado em 5 de setembro e foi criado para apoiar a luta por justiça social e a defesa dos povos nativos. A servidora da Rádio Senado Marluci Ribeiro, descendente de indígenas e integrante do Grupo de Afinidade de Raça do Senado, conduziu uma entrevista especial para comemorar a data.

A entrevistada foi a geógrafa, escritora e ativista Márcia Wayna Kambeba, pertencente à etnia omágua-cambeba. Ela falou sobre o contexto atual e a importância da efeméride, entre outros assuntos.

Para você, o que significa ser mulher indígena no Brasil hoje?

É um desafio, o que torna necessária essa postura de atuação e luta para que as novas gerações tenham possibilidades de ter continuidade e legado. A mulher indígena do século 21 não atua só na aldeia. Ela está presente em várias frentes, buscando formas de melhoria para o povo, relacionadas a políticas públicas, saúde, educação, cultura, fortalecendo a memória pelas narrativas. Para isso, estar na universidade se faz necessário também.

Criamos redes na busca de interligar mundos. Nossa cultura é rica e cíclica. Se compara à fluidez do rio. Por isso, precisamos registrar a memória e, para isso, abraçamos a literatura trazendo para a sociedade indígena e não indígena uma literatura dos povos originários, impregnada com nosso olhar, vivência e memória necessários para assegurar um novo amanhã. A mulher indígena percebeu que a política não contempla nossos anseios e direitos. Nos unimos e vimos a necessidade de ser criada a bancada do cocar, do maracá, para que possamos defender nossos territórios de invasão.

Qual o papel das mulheres indígenas nas suas comunidades, no Brasil e no mundo?

O papel da mulher indígena na aldeia do meu povo é de liderança. Nós, omágua-cambeba, somos matrilineares, ou seja, os filhos herdam a identidade da mãe. Na nossa aldeia, quando a mulher casa com um homem de outro povo, ele vai viver na aldeia dela e não ela na dele. No meu povo, a mulher se torna Cacica e Pajé. Estamos em várias frentes como educação, cultura, saúde, artes etc. E precisamos cada vez mais assumir novos espaços porque, do nosso ponto de vista, todo espaço é de resistência e de luta.

Qual a importância do Dia Internacional da Mulher Indígena para você?

Não há muito a comemorar, apenas refletir. Dia 5 de setembro também é o Dia da Amazônia, de onde minha voz ecoa Bertolina e Gregória, duas mulheres indígenas do povo Aimara que foram brutalmente mortas. Elas lutaram em defesa do seu povo no seu país e foram capturadas e esquartejadas. Por isso a data dessa violência foi mantida como Dia Internacional da Mulher Indígena. E pergunto, quantas Bertolinas e Gregórias morrem todos os dias em seus territórios, lutando por direitos coletivos?

Nós, mulheres indígenas, precisamos de políticas públicas que atendam nossos anseios respeitando nossa cultura. Recentemente, uma mulher indígena mundurucu

teve sua casa queimada, uma menina de 13 anos em sua aldeia foi estuprada, outra mulher indígena jovem, Gisseli Gonçalves, do povo cambeba, foi sequestrada há mais de cinco anos e até hoje não sabemos o que fizeram com ela. E tantas mulheres indígenas sofrem violências diversas todos os dias. Precisamos ecoar mesmo que isso represente perigo à vida.

Como é a mulher indígena do futuro, na sua opinião?

Não faço ideia, porque, diferente dos não indígenas, nós não temos preocupação com o futuro. Precisamos olhar bem nosso passado histórico para projetar esse presente, pois dele dependerá um futuro sadio. Arrisco dizer que a mulher indígena do futuro esteja mais bem preparada para lutar na cidade, pois precisamos nos fortalecer, em busca de um planeta melhor para todos nós.

O clima foi alterado, nosso rio mudou de rumo, nossos curumins sofrem com a poluição que vem dos grandes centros urbanos, nossas florestas estão sendo consumidas no fogo da ganância e a mulher indígena do futuro terá uma longa estrada de lutas e resistências.■

Sancionada lei que institui “Agosto Lilás” como mês nacional de proteção à mulher

Foi sancionada a lei que institui o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher. Publicada no *Diário Oficial da União* do dia 12 de agosto, a Lei 14.448, de 2022, estabelece que, durante o mês de agosto, a União, os estados e os municípios deverão promover ações de conscientização e esclarecimento sobre as diferentes formas de violência contra a mulher.

Entre as ações estabelecidas pela nova lei está a iluminação de prédios públicos com luz de cor lilás. O objetivo é orientar e difundir as medidas que podem ser adotadas judicial e administrativamente para com-

bater a violência contra a mulher, bem como informar sobre órgãos e entidades envolvidos, redes de suporte disponíveis e canais de comunicação existentes. A lei também determina a promoção de debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral à mulher em situação de violência. Os entes federados poderão apoiar, ainda que tecnicamente, as atividades organizadas pela sociedade com o intuito de prevenir, combater e enfrentar os diferentes tipos de violência contra a mulher.

IMAGEM: ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO



Procuradoria da Mulher conquista avanços na pauta feminina



IMAGEM: GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO

A coordenadora Isis Siqueira fez um levantamento no site do Planalto das pautas femininas que se efetivaram leis em nosso país. O recorte temporal contemplou oito anos antes e depois da criação da procuradoria. De 2005 a 2010, a quantidade ficava em uma ou duas leis, chegando a zero em 2011 e 2012. A partir de 2014, a quantidade foi sempre maior ou igual a três, alcançando 10 leis sancionadas em 2019 e 2021.

A articulação feminina que a Promul proporcionou foi ganhando reconhecimento no Senado, o que se traduziu também em ganho de espaço físico. O encaminhamento das proposições legislativas ganhou impulso em 2021, com a chegada da bancada feminina, liderada pela senadora Eliziane Gama (Cidadania - MA).

A Promul recebe denúncias de vários tipos de mulheres, de moradora de rua a vice-prefeita. O atendimento é sempre feito por duas pessoas e demanda capacidade de escuta, empatia, tolerância e um pouco de entendimento de Direito, contou Isis.

Enquanto o Observatório da Mulher Contra a Violência (OMV), criado em 2016, é encarregado pela realização de estudos técnicos relacionados às questões femininas, a Promul se encarrega da parte prática de atendimento de demandas e do apoio na divulgação dos resultados desses estudos. A revisão e o apoio a publicações de parceiros, segundo Isis, também fica a cargo da procuradoria.

Projeto Racismo em Pauta - Artigo: O racismo influenciou minha vida, mas o suporte que recebi me deixou mais forte



Minha filha de 7 anos voltou da escola dizendo que um colega não queria mais brincar porque ela tinha “uma cor de queimada, de fezes”. Essa simples frase influenciou a vida da minha família. Não pretendo gerar pena ou exposição desnecessária. A situação foi desgastante e depreciativa para toda a minha família. Lembrei de vários fatos ocorridos em momentos da minha própria vida que geraram angústias e incertezas. Ainda lido com isso diariamente.

O suporte que eu recebi da diretora-geral, Ilana Trombka, e do Comitê de Gênero e Raça do Senado foi acolhedor e me deu forças para saber lidar com as circunstâncias. Me sinto mais próxima da realidade esperada de um país majoritariamente negro e sei que existem pessoas preocupadas com os direitos humanos. Hoje, sei que temos antirracistas entre nós e que podemos avançar para mais igualdade no tratamento de gênero e raça.

A felicidade estampada nos rostos das crianças negras, filhas ou parentes de pessoas do Comitê de Raça, e em especial de minha filha, ao se verem fotografadas com outras crianças da mesma cor em diferentes espaços do Senado Federal, me fez sonhar com um país onde esta situação possa ser amenizada. Esse momento gerou para minha filha memórias de um dia de brincadeiras junto a pessoas com quem se identificou. É assim que queremos nos enxergar: pertencentes ao meio.

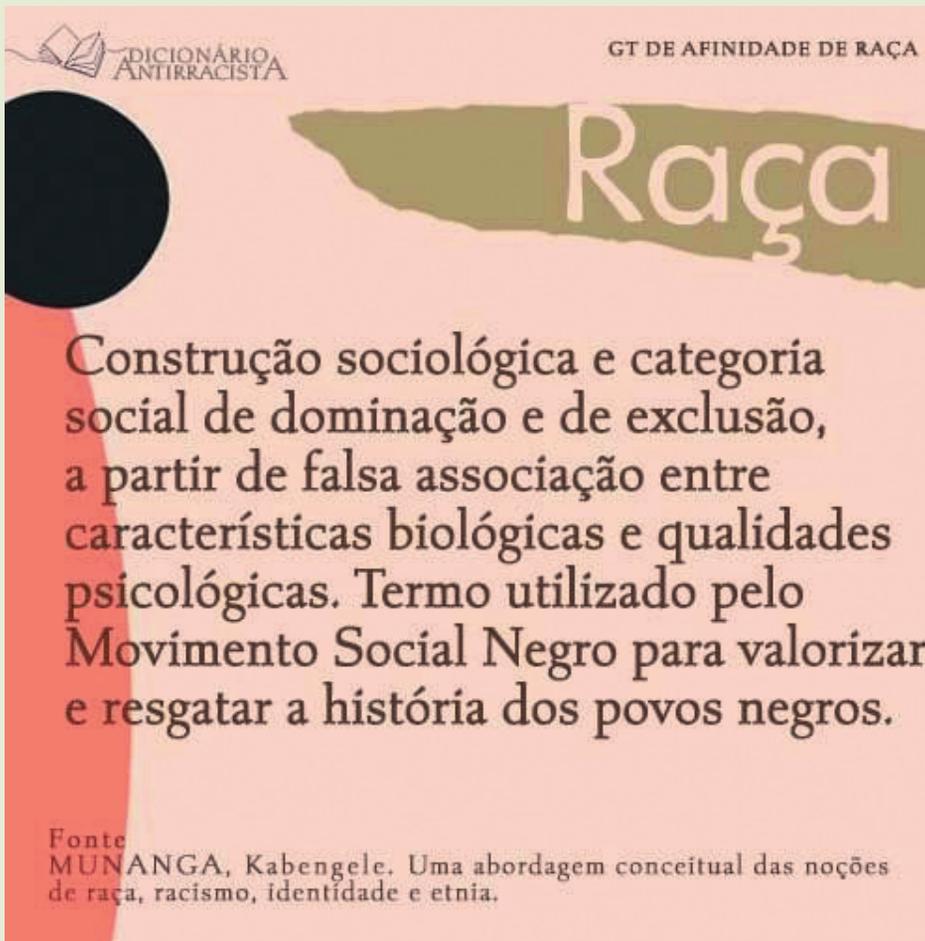
Reconhecer que o Brasil é um país racista é o começo no tratamento de uma doença. Não queremos ser um povo diferente. Somos um povo negro, indígena, europeu, asiático, latino etc., mas ocultar o racismo existente no Brasil é a pior das mazelas da nossa história.

Espero que meu relato reforce a outras mães a importância de, diante de situações de racismo, denunciar e não deixar passar. Temos de falar sobre racismo com nossas crianças, afinal elas somente replicam o que

aprendem em casa, em plataformas digitais ou interações sociais.

Não banalizem um assunto que é crucial para uma convivência adequada e produtiva. Falem sobre o racismo com seus filhos, questionem o que eles fazem, fiquem atentos às interações, pois outras crianças podem estar vivenciando as mesmas situações. Agradeço a oportunidade de externar minha experiência e espero você - negro, indígena, mulher- no Comitê de Gênero e Raça do Senado Federal.

Este artigo foi escrito por Charlley Fernandes dos Santos, membro do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Atualmente trabalha como Conservadora e Restauradora de Bens Culturais Serviço de Conservação e Preservação do Acervo - SECPAC.



No Quadrado da Intra - Dicionário Antirracista - Raça

DICIONÁRIO ANTIRRACISTA

GT DE AFINIDADE DE RAÇA

Etnia

Comunidade humana definida por afinidades linguísticas, culturais, religiosas, tradicionais e nacionais. Tais comunidades geralmente reclamam para si, além de uma estrutura social e política, também um território próprio.

Fonte
Santos, Diego Junior da Silva et al. Raça versus etnia: diferenciar para melhor aplicar.

No Quadrado da Intra - Dicionário Antirracista - Etnia

Comitê de Equidade representou Senado em evento internacional de mulheres do Parlamento

O Comitê Permanente pela Igualdade de Gênero e Raça representou o Senado na *Reunión de la Red de Funcionarias y Funcionarios Parlamentarios para la Igualdad de Género*, que reuniu mulheres de parlamentos da América Latina para debater políticas inclusivas.

O evento aconteceu on-line e teve a participação da coordenadora do Núcleo Social (Nsoc) da Consultoria Legislativa (Conleg), Roberta Viegas. Ela participou como representante do Comitê de Equidade de Gênero e Raça do Senado.

A reunião foi organizada pela ParlAmericas, um conselho dirigido por 21 legisladores de 18 países das Américas do Sul, Central e Norte. Entre as conclusões, falou-se sobre a relevância das alianças interpartidárias de parlamentares mulheres para pautar agendas importantes ao gênero feminino. Enfatizou-se também a importância do tema das políticas de cuidado nas pautas social e econômica dos países participantes.

Vanessa dá dicas para um final de semana de cinema e contato com a natureza

Vanessa do Escritório de Governança e integrante do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal sugeriu um final de semana com cinema e passeio pela natureza. O filme indicado foi *A Mulher Rei* (Gina Prince-Bythewood, 2022), com a premiada atriz norte-americana Viola Davis. Ela também sugeriu um passeio pelo Parque Municipal do Itiquira, localizado a cerca de 100km de Brasília, em Formosa (GO). Por lá é possível almoçar em um conceituado restaurante para curtir o redário e o parquinho com as crianças. A última sugestão foi percorrer as trilhas do

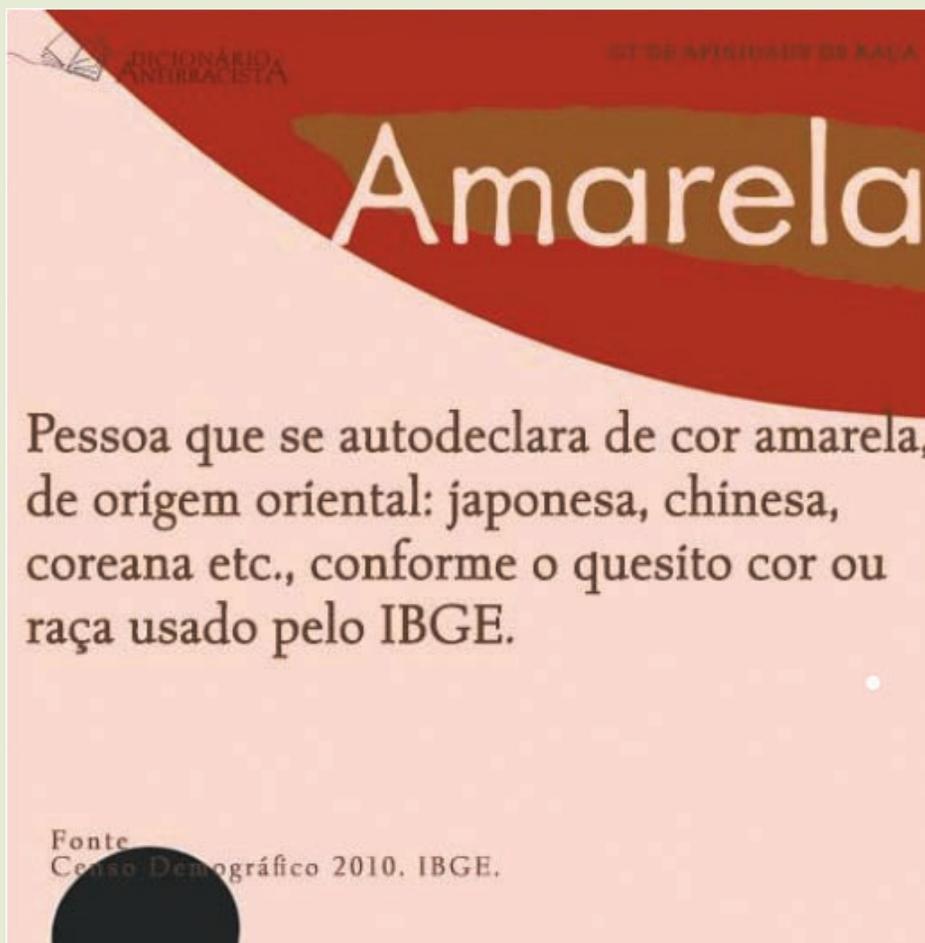
nosso Parque Nacional, conhecido popularmente como Parque da Água Mineral.





OUTUBRO

2022



No Quadrado da Intra - Dicionário Antirracista - Amarela

Campanha Outubro Rosa tem projeção de fotos e frases nos prédios do Congresso

Com início no sábado, dia 1º, a campanha de prevenção ao câncer de mama, Outubro Rosa, coloriu o Congresso Nacional dessa cor durante todo o mês. As torres e cúpulas do Congresso receberam



também uma projeção especial com frases de conscientização sobre o câncer de mama e as fotos da exposição *Amor / Love You*, que esteve em cartaz no Senado Galeria. A ação partiu da Associação de Mulheres Mastectomizadas de Brasília (Recomeçar) e teve apoio da Procuradoria Especial da Mulher no Senado.

A exposição retrata oito mulheres que receberam o diagnóstico de câncer de mama e conseguiram reconstruir a autoconfiança, a autoestima e a vontade de viver. A intenção é sensibilizar as pessoas para a realização de exames preventivos e também mostrar às mulheres que recebem esse diagnóstico que ele não significa o fim, mas o início de um ciclo na vida delas.

Outro objetivo da exposição é reforçar a importância da rede de apoio para quem está em tratamento contra o câncer de mama. Nas fotos, as mulheres aparecem

segurando corações que simbolicamente são oferecidos às pessoas que mais as ajudaram durante o tratamento oncológico. De acordo com a associação, a exposição também “é um ato de gratidão”.

Já as frases projetadas informam sobre a doença, que atinge uma em cada 12 mulheres, tem 95% de chance de cura e é a segunda causa de morte mais frequente entre as mulheres. Também há frases sobre a necessidade de cuidar da saúde e a importância do diagnóstico precoce, além de informações sobre direitos das pacientes previstos em lei, como o acesso aos exames para diagnosticar a doença em até 30 dias, o início do tratamento em até 60 dias e a reconstrução mamária.

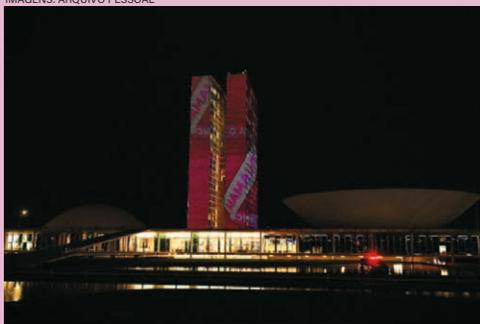
Outubro Rosa

A campanha de prevenção ao câncer de mama é feita todos os anos, sempre no mês de outubro. A iluminação no Senado foi solicitada pela procuradora Especial da Mulher, senadora Leila Barros (PDT-DF), pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e pelo deputado federal Zacharias Calil (União-GO).

Veja as frases projetadas nas cúpulas e nas torres do Senado e da Câmara:

- “Outubro Rosa”
- “Luta contra o Câncer de Mama”
- “1 em cada 12 mulheres terá câncer de mama”
- “66 mil mulheres diagnosticadas em 2022”
- “95% de chance de cura”
- “Segunda causa de morte em mulheres”
- “Faça o diagnóstico precoce”
- “Fique atenta aos fatores de risco”
- “40% dos cânceres são diagnosticados avançados”
- “Conheça seu subtipo molecular de câncer de mama”
- “Cuide-se o ano todo”
- “Hábitos saudáveis diminuem fatores de risco”
- “Reconstrução mamária é um direito”
- “É lei o diagnóstico do câncer em até 30 dias”
- “É lei o início do tratamento em até 60 dias”

IMAGENS: ARQUIVO PESSOAL



Prevenção ao câncer de mama é tema de bate-papo com 80 terceirizadas da Casa

O Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT) realizou um bate-papo com 80 terceirizadas do Senado para conscientizar sobre o câncer de mama. O mastologista Martinho dos Santos e a nutricionista Thais Paixão falaram sobre a doença e as formas de prevenção.

O médico mostrou dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) que apontam o câncer de mama como a principal causa de mortalidade por câncer entre as mulheres. Entre as escolhas possíveis para prevenir a doença está a adoção de uma alimentação saudável, como enfatizou a nutricionista Thais Paixão.

As terceirizadas tiveram participação ativa com per-

guntas sobre os hormônios presentes em determinados anticoncepcionais de uso oral, sobre métodos contraceptivos sem hormônio, sobre sintomas do câncer de mama, além de se pronunciarem sobre a precariedade do atendimento no sistema de saúde brasileiro.

No evento, a Procuradoria Especial da Mulher (Promul) distribuiu a [Cartilha Saúde da Mulher](#). Preparada pelo Departamento Médico da Câmara dos Deputados (Demed), a publicação tem o propósito de prover informações sobre doenças exclusiva ou majoritariamente mais presentes em mulheres, como depressão, câncer de colo de útero, doenças cardíacas, câncer de mama, câncer de cólon e reto, trombose, endometriose, osteoporose e vaginite.

Dicas de acolhimento e respeito com os colegas LGBTQIA+

Para a população LGBTQIA+, enfrentar o ambiente de trabalho pode ser desafiador. Neste vídeo, Christian Caetano, estagiário do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, apresentou algumas dicas de como os colegas podem contribuir para um ambiente acolhedor. Vale lembrar que o próprio Comitê desenvolveu um manual com resposta a dúvidas frequentes e orientações sobre o assunto.



DICIONÁRIO ANTIRRACISTA

GT DE AFINIDADE DE RAÇA

Negra

Pessoa que se autodeclara preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE.

Fonte
Art. 1º - Parágrafo único da LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010.
Censo Demográfico 2010. IBGE.

No Quadrado da Intra - Dicionário Antirracista - Negra



NOVEMBRO

2022

DICIONÁRIO ANTIRRACISTA

GT DE AFINIDADE DE RAÇA

Preconceito

Pré-julgamento do outro com base nos grupos sociais aos quais esse outro pertence. Manifesta-se também como preconceito racial, que é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.

Fonte
Almeida, Silvío. Racismo estrutural.

No Quadrado da Intra - Dicionário Antirracista - Preconceito

Dicas para o final de semana abordam a importância de dar visibilidade à história e cultura negra

Lui Teixeira Oliveira falou sobre a importância de ensinar a história da população negra no Brasil. As duas dicas relacionadas ao trabalho do músico Emicida falam sobre a ancestralidade negra e de como ela pode ser um ponto de encontro de afetos e de lutas políticas. Por outro lado, Lui também faz uma indicação que coloca outra perspectiva sobre o apagamento da história negra e de como isso é também uma forma de preconceito.



Cadastro para terceirizados é atualizado com informações sobre nome social, raça e gênero

Os cadastros de terceirizados foram atualizados com informações mais precisas sobre nome social, gênero e raça. Os formulários receberam alterações com assessoria do Comitê Permanente Pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado.

A coordenadora do comitê, Stella Vaz, afirmou que a sugestão para atualizações partiu da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDoc), que recebeu pedidos de esclarecimento sobre alguns termos. Segundo ela, agora os documentos trazem orientações sobre os temas e estão mais claros.

Roda de Conversa: saúde mental da população negra

A roda de conversa: Saúde mental da população negra, promovida pelo grupo de Trabalho Afinidade de Raça, do Comitê de Gênero e Raça, foi realizada no dia 8 de novembro no auditório do INTERLEGIS. Em parceria com o SESOQVT, o evento teve como palestrante Josiane Souza Moreira Cunha e como mediadora Camila Hummel, do SESOQVT.

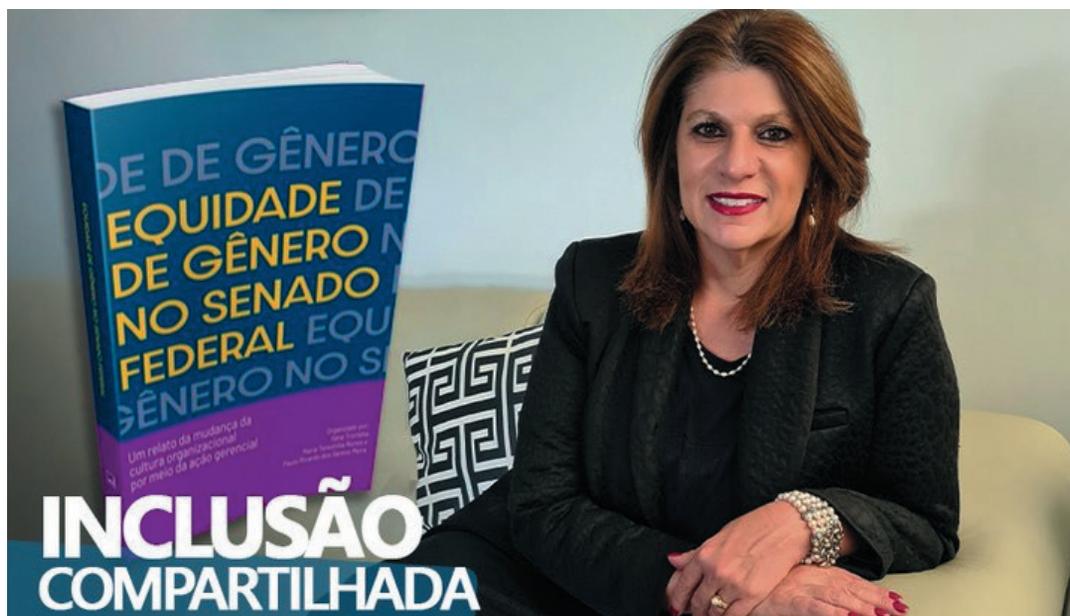


Senado lança livro sobre equidade na Feira do Livro de Porto Alegre e se firma como exemplo

O Senado aproveitou a 68ª Feira do Livro de Porto Alegre para o lançamento do livro *Equidade de Gênero no Senado Federal: um relato da mudança de cultura organizacional por meio da ação gerencial*. A obra, que reúne textos de 19 autores e autoras, traz relatos de iniciativas sustentáveis para ampliar a inclusão em espaços de liderança.

Entre os autores dos textos estão Ilana, doutoranda em Administração pela Fundação Getúlio Vargas

(FGV); Paulo Meira, doutor em Marketing pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Adriana Albernaz, doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Evandro Baldutti, mestre em Políticas Públicas e Governo pela FGV e Benjamin Tabak, doutor em Economia pela Universidade de Brasília (UnB).



Dica trouxe o roteiro para um filme e uma boa comida

Já que é sexta, Cherlenny Fernandes, do Grupo de Trabalho de Afinidades de Raça, apresentou duas dicas para um fim de semana delicioso. A primeira, o livro *Bela Cozinha – ingredientes do Brasil*, da Bela Gil, com receitas simples e gostosas para serem feitas também pelas crianças. A segunda foi a série *A vida e a história de Madame C.J.Walker*, da Netflix, que conta a história dessa mulher empreendedora



Oficina “Inclusão LGBTQIAP+: do conceito à prática”

A oficina teve como ministrante Débora Gepp, socióloga pela Universidade Federal de São Paulo e certificada pela Stanford University no LGBTQ Executive Leadership Program. Possui mais de oito anos de experiência na gestão de programas de diversidade e inclusão em empresas, é head de Diversidade e Inclusão LatAm na Thomson Reuters, é cofundadora da Rede Brasileira de Mulheres LBTQ e líder do Comitê de Mulheres LBTQ+ do Grupo Mulheres do Brasil. Ela é a vencedora do 2020 Out and Equal Awards por seu trabalho na inclusão LGBTQIA+ no local de trabalho e faz parte da coorte de 2022 da Columbia Women’s Leadership Network.

Aberto ao público geral, o evento abordou a temática dos direitos LGBTQIAP+.



Senado promoveu campanha pelo fim da violência contra mulheres em 21 dias de inclusão

O Senado aderiu aos 16 *Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas* da Organização das Nações Unidas (ONU), e expandiu a campanha internamente para 21 dias, contemplando também outras pautas de equidade.

As ações foram coordenadas pelo Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado entre os dias 20 de novembro, quando se comemora o Dia da Consciência Negra, até 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Vilma Pinto trouxe dicas que vão da emoção ao debate econômico no Já Que É Sexta

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), trouxe duas dicas para o nosso fim de semana. A primeira delas foi a premiada série americana *This is Us* (Dan Fogelman, 2016), com uma narrativa não-linear surpreendente sobre a família Pearson. A outra dica, um convite para acompanhar a 1ª Conferência Empresarial ESG Racial, que pretende trazer a questão racial para o centro do debate econômico brasileiro.

Data	Horário	Ação / Evento
07/11	-	Lançamento do livro <i>Equidade de Gênero</i> /VA
08/11	14h30	Roda de conversa sobre saúde mental da população negra. Convidada: psicóloga Josiane Moreira
17/11	15h	Oficina LGBTQIA+ "do conceito à prática" Palestrante: Debora Gepp
19/11	-	Programa Autores e Livros, Dia da Consciência Negra
21/11	-	Lançamento do Minicurso Estatuto da Igualdade racial
21/11	-	Abertura conjunta da Campanha dos 21 dias de Ativismo pelo fim da Violência contra Meninas e Mulheres
23/11	17h	Roda de leitura: O bom crioulo. Mediação: Vanessa e Devair
25/11	9h-12h	Seminário Brasil e Israel: Inovações e iniciativas pela eliminação de violências contra as mulheres
25/11	-	Relançamento da Cartilha Caminhos
25/11	12h-15h	Cardápio especial de comida baiana com música, dança e poesia no Restaurante dos Senadores
29/11	17h	Cine Debate: Holocausto Brasileiro
30/11	11h	Reunião aberta do GT de raça
01/12	14h30	Palestra PFG - Equidade de Gênero e Raça horário
06/12	-	Campanha Laço Branco: Roda de conversa com Lúcia Bessa e Lumde
07/12	18h30	Lançamento do Livro <i>Manual antirracista</i>
08/12	9h-12h	III Encontro Nacional de Procuradoras da Mulher
08/12	17h	Roda de leitura - Livro <i>Feliz Ano Velho</i> . Mediação: Aínes Pereira e Luciano Ambrosio
09/12	16h	Sessão especial em celebração ao Dia da Consciência Negra e Dia Internacional dos Direitos Humanos
12/12	9h-17h	Seminário Rede Equidade Direitos humanos na Gestão Pública: Equidade, Diversidade e Inclusão

Publicação no Instagram da diretora-geral: Injúria racial X Racismo

No Dia Nacional de Combate ao Racismo os seguidores foram convidados a refletir sobre a existência desta forma de preconceito na sociedade brasileira e principalmente sobre como impacta a vida de todos e todas.

Infelizmente essa é uma realidade árdua em nosso país e, para combater o racismo, precisamos saber identificar. Confira nas imagens a diferença conceitual entre os crimes de injúria racial e racismo e como denunciar os casos!



Publicação no Instagram da diretora-geral: Dia da Consciência Negra

Dia da Consciência Negra, ocasião em que tiramos um momento para refletir, reconhecer e valorizar a cultura negra brasileira. Além da importância dessa data, também damos início à campanha de *16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as Mulheres e Meninas*.

No Brasil, os 16 dias se transformam em 21 dias para que a campanha se encerre no dia 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos. Durante esse período, nós no Senado Federal promovemos ações que valorizam a luta da população negra e também atividades que ressaltam o combate a violência contra as mulheres.



Ato no Congresso oficializa início da campanha pelo fim da violência contra as mulheres



Para celebrar o início da campanha *21 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas*, o Congresso Nacional realizou uma cerimônia conjunta no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. O evento foi promovido pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, Procuradoria Especial da Mulher do Senado e Bancada Feminina do Senado.

A iluminação laranja de 20 a 25 de novembro nas torres e cúpulas, solicitada pela senadora Leila Barros (PDT-DF), senador Romário (PL-RJ) e depu-

tadas Tereza Nelma (PSD-AL) e Celina Leão (PP-DF), também se refere à campanha. O laranja representa um futuro mais brilhante, livre da violência contra mulheres e meninas.

O dia 25 de novembro é reconhecido como o Dia Internacional da não-violência contra as Mulheres. Em todo o mundo, ele marca o início da campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra*

Mulheres e Meninas. O fim da campanha, no dia 10 de dezembro, coincide com a data da proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A campanha é promovida pela ONU, com a adesão de cerca de 150 países.

O Senado não só participa da mobilização, como a expande para 21 dias. A campanha começa em 20 de novembro, Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, evidenciando a dupla vulnerabilidade da mulher negra.

Entrevista com Comitê de Equidade mostra como o humor pode esconder atitudes racistas

Dia 20 de novembro é celebrado o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra. A data busca celebrar a contribuição da população negra para a formação do nosso país, além de marcar o combate ao preconceito racial. Pensando nisso, a equipe da Intranet, em parceria com o Comitê de Equidade de Gênero e Raça, aborda um tema ainda pouco discutido: o racismo recreativo. A entrevistada foi Vanessa Martins de Rezende Ramos.

O que é racismo recreativo e como ele geralmente se manifesta?

O racismo já foi definido por Adilson Moreira como uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de uma hostilidade racial. Isso em geral é feito por meio de microagressões, mecanismos discriminatórios que expressam condescendência ou desprezo por minorias. Uma piada com pano de fundo racista é um tipo de fala que possibilita a circulação de sentidos culturais negativos, sendo então um meio pelo qual o racismo encontra expressão.

Seria então uma forma disfarçada de praticar racismo?

Sim, o racismo recreativo é uma forma de banalizar o racismo, por meio de expressões revestidas de troca-

dilhos revestidos de humor. Uma forma de aparentar relações cordiais para encobrir uma agressão. O agressor, carregado de um ponto de vista racista, acredita que o ataque que ele realiza pode ser entendido como uma brincadeira, mas não há senso de humor quando uma minoria está sendo retratada, julgada ou diminuída.

Qual a diferença para uma injúria?

A injúria é um crime de ofensa direcionada a uma pessoa em específico, atingindo sua dignidade com base em elementos referentes à sua raça, cor, etnia, religião ou origem.

Uma pessoa que se sinta atingida por um ato de racismo recreativo pode denunciar um ato de injúria, como proceder nesses casos?

Dentro do Senado, as vítimas de racismo recreativo podem, após as ações de educação, receber acolhimento no Serviço de Qualidade de Vida, ou Comitê de Equidade e, caso haja caracterização de um possível abuso, buscar registrar a ocorrência na Polícia Legislativa do Senado Federal, com pedido de desdobramentos administrativos. Ocorrências fora da Casa devem ser noticiadas à Polícia Civil e ao Disque Direitos Humanos

do Governo Federal. Indico a leitura de um guia do site Sim à Igualdade Racial que traz orientações bem claras sobre o que fazer nesse tipo de situação.



Pode dar um exemplo prático sobre a questão? Você já sentiu ou vivenciou situações de racismo recreativo?

Alguns exemplos clássicos são o Tião Macalé (o feio), o Mussum (o bêbado), a Vera Verão (a bicha preta) e a Adelaide (a desvairada). Quando pensamos nos *Trapalhões*, por exemplo, é possível entender como tal situação funciona. Basta lembrar do Mussum, retratado como cachaceiro, malandro e preguiçoso, sempre querendo beber ou ter acesso à bebida. Para muitas crianças pretas da época, a série era uma tortura, pois vivenciavam na escola a reprodução das piadas racistas pelos colegas.

Eu, Vanessa Martins de Rezende Ramos, não suportava os *Trapalhões*. Para mim, o pior dia era a segunda-feira, quando as piadas do programa seriam utiliza-

das de todas as formas possíveis contra mim e outras crianças pretas.

Como isso deve ser trabalhado no ambiente de trabalho?

No ambiente de trabalho, o indicado é adequar a linguagem e a educação para eliminar esse tipo de situação. É importante salientar o papel da empatia, mesmo que o sofrimento da outra pessoa nunca possa ser assimilado, deve haver uma tentativa de entender o sentimento do outro. Isso é fundamental para que possamos ter relações sustentadas no respeito mútuo.

Como essa manifestação pode afetar a vida das pessoas?

As pessoas podem ficar cada vez mais tensas, menos propensas ao trabalho, com crises de ansiedade e com autoestima baixa.

Qual a orientação para quem presencia um ato de racismo recreativo?

O importante é não minimizar os atos de racismo com o argumento de que é uma brincadeira, ou de que determinado assunto sempre foi tratado dessa forma e que não precisa mudar. É bom entender o que é racismo recreativo e combatê-lo. Para isso, o Comitê está de portas abertas para auxiliar quem quiser saber mais sobre o assunto com conversas, indicações de leitura e orientações práticas.

Ilana Trombka e Mary Del Priore conduziram *live* no Instagram sobre o Protagonismo Feminino na Independência do Brasil

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado Federal, conversou ao vivo com Mary Del Priore, historiadora e que tem mais de 50 livros publicados, sobre o papel fundamental que as mulheres tiveram na luta pela independência do nosso país.

Conhecemos a maioria dos personagens masculinos que fizeram parte dessas conquistas, mas qual o primeiro nome feminino que vem à sua cabeça quando pensamos na história do Brasil? Foram abordados temas como a atuação das mulheres naqueles períodos históricos e a importância desse papel hoje em dia.



Roda de Leitura - “O bom-crioulo”, de Adolfo Caminha



Depois de quase dois anos de Rodas de Leitura feitas no formato virtual, finalmente o Senado Federal realizou o evento no formato presencial.

“O bom-crioulo” é um clássico da Literatura Naturalista Brasileira e é considerado o primeiro romance da Literatura Brasileira a tratar o tema homoafetivo. A história narrada tem como pano de fundo o Brasil do período pré e pós abolição, sendo possível analisar, com a leitura, questões como o castigo físico institucionalizado, aspectos morais e raciais do Brasil da época que ainda hoje lançam sombras sobre a vida cotidiana do nosso país.

De maneira leve e criativa, Devair Nunes e Vanessa Ramos, membros do Grupo de Trabalho de Raça do Senado Federal, conduziram essa roda.

Seminário entre Brasil e Israel busca debater formas de acabar com a violência contra a mulher



A iniciativa, que coincide com o Dia Internacional da Eliminação da Violência Contra a Mulher, faz parte da campanha *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres e Meninas*, que teve como eixo temático compartilhar iniciativas no combate a agressões políticas e domésticas contra o sexo feminino.

O evento se deu por uma cooperação entre o Congresso Nacional (representado pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, pelo Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e pela Bancada Feminina do Senado) e a Embaixada de Israel.

O grupo musical feminino *Segura Elas* apresentou um número musical do seminário, com flauta, cavaco e pandeiro.

IMAGENS: EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO



Almoço especial em homenagem ao Dia da Consciência Negra

O Senado aderiu aos *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas*, da Organização das Nações Unidas (ONU). Como uma das formas de celebrar o Dia da Consciência Negra, o Grupo de Raça do Senado e o Restaurante dos Senadores promoveram um almoço especial, com cardápio de comida baiana, houve também apresentação de música, dança e poesia.

IMAGENS: RODRIGO VIANA



Dicas que apoiam o fim da violência contra as mulheres

O dia 25 de novembro é um dia significativo para quem defende causas femininas. Lúcia Bessa, da Pro-



curadoria Especial da Mulher, conta por que a data celebra o Dia Internacional para a Eliminação da Vio-

lência contra as Mulheres e traz dicas para quem quiser conhecer a história das três irmãs Mirabal, a quem a data homenageia. O filme *No tempo das Borboletas* (Mariano Barroso, 2001), o livro *En el tiempo de las mariposas*, de Julia Álvarez (Taller, 1994) e a música *Las Mariposas*, de Heraldo França e Rafael Peretta contam a história das irmãs.

A voz e a vez de quem está acima do peso

Um estudo realizado em 2016, na Alemanha, apontou o quanto a sociedade exclui os obesos. Boa parte dos entrevistados consideram o aspecto físico dos obesos antiestético (71%) e muitos evitam o contato com quem está acima do peso (15%).

A pesquisa também revelou a associação que muitos fazem entre obesidade e preguiça. De acordo com a pesquisa, essa exclusão social no dia a dia e no trabalho agrava a obesidade, pois leva ao aumento no nível de estresse, resultando em mudanças no comportamento alimentar e, conseqüentemente, aumento de peso.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a obesidade é uma condição que afeta um quinto da sociedade brasileira e 13% da população mundial. Ela pode se manifestar devido a uma série de fatores, como

distúrbios metabólicos e predisposição genética. A OMS estima que, até 2025, aproximadamente 167

milhões de pessoas – adultos e crianças – devem estar acima do peso ou obesas.

A gordofobia é o estigma que pessoas obesas sofrem pela aparência física. O tema é uma das preocupações do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), que desenvolve ações para abordar o assunto, ampliando a discussão com rodas de conversa, matérias informativas, exposições e criação de espaços de acolhimento com atendimento multidisciplinar.



Cine Debate - Documentário Holocausto Brasileiro

Lúcia Pimentel e Ana Livia Babadopulos coordenam o Cine Debate realizado dia 29 de novembro, pela plataforma Zoom. Com o tema: Limpeza social: tema histórico ou atual? O filme escolhido foi Holocausto Brasileiro, lançado em 2016.



Reunião aberta do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça

Com o foco em reduzir as desigualdades de cor, raça e etnia, o Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça realiza reuniões mensais. Em parceria com o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, o GT de Raça atua na execução do Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal.

No dia 30 de novembro aconteceu uma reunião aberta do Grupo com o objetivo de apresentar suas propostas a todas/os colaboradoras/es da Casa e oportunizar a adesão de novos participantes.





DEZEMBRO

2022

Campanha Laço Branco: Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres



No dia 6 de dezembro aconteceu o evento que fez parte da campanha dos *21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas*, teve uma roda de conversa, em especial, articulada pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pelo Comitê de Gênero

IMAGENS: ARQUIVO PESSOAL



e Raça do Senado, em parceria com empresas prestadoras de serviço para o Senado.

Na roda de conversa, a Dr^a Lúcia Bessa, assessora jurídica da Procuradoria Especial da Mulher do Senado, dialogou com o jornalista Lunde Braghini Junior, acerca de como os homens podem “desconstruir” os padrões de prática ou de convivência com a violência, nos quais foram formados, para se envolverem na construção de uma sociedade pacífica.

Lunde procurou incentivar o público a pensar sobre os padrões culturais presentes na construção de uma masculinidade “envenenada” ou “tóxica”, responsável, em muitas situações, pela produção de feminicídios.



Palestra Programa de Formação Gerencial

Com o objetivo de falar sobre diversidade organizacional e inclusão na administração pública, o Comitê de Gênero e Raça, em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), realizou uma palestra dinâmica e colaborativa. O evento teve como finalidade propiciar espaços que incitem debates e que construam conhecimento acerca de cultura e diversidade organizacional, em especial, no que tange as temáticas de gênero, raça e identidades de gênero e sexual.

No evento houve debate, apreciação de pontos de vista, aprendizado sobre o assunto e reflexão a respeito das diversas identidades que compõem o conjunto de trabalhadoras/es da Casa. Além disso, houve a capacitação de gestores/as para atender-se acerca de maneiras de garantir com que a inclusão seja cultivada, vivida e praticada em seu espaço de trabalho.

Livro mostra como reagir em situações de machismo

Manual Antimachismo: como enfrentar agressões de gênero no ambiente profissional foi lançado na Biblioteca do Senado como parte da campanha dos *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas*. Lucelena Ferreira, autora do livro, estuda a igualdade de gênero há mais de 15 anos. Ela contou que busca uma resposta mais efetiva sobre como reagir diante de situações de machismo no ambiente de trabalho.

O livro trouxe uma série de respostas possíveis para situações que vitimizam as mulheres, como o duplo padrão de julgamento (quando a regra não é a mesma para homens e mulheres), o *mansplaining* (suposição de que o homem deve explicar sobre os assuntos em um



IMAGEM: MARCELO FAVARETTI

debate); o *manterrupting* (interrupção da fala feminina), a objetificação, as piadas machistas e as críticas em forma de elogio.

21 dias e 2 dicas

Para fechar com chave de ouro os *21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra Mulheres e Meninas*, o jornalista da Procuradoria da Mulher Lunde Braghini Junior indicou dois livros que abordam o genocídio: *O Presidente Negro*, de Monteiro Lobato (1926, domínio público) e *Macunaíma*, de Mario de Andrade (1928, domínio público). As obras foram escritas anos antes da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, que ficou ofuscada pela aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos ocorrida um dia depois, em 10 de dezembro de 1948.



Seminário Direitos Humanos na Gestão Pública: Equidade, Diversidade e Inclusão

A Rede Equidade, formada por 11 instituições públicas federais, realizou o primeiro *Seminário em Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão*. Em formato híbrido, o evento teve cerca de 100 espectadores presenciais e 700 espectadores na transmissão online ao vivo, realizada pelo canal do YouTube do TCU. Na íntegra, o evento conta com mais de 2,7 mil visualizações.

Teve como objetivo a promoção do debate e a reflexão sobre Direitos Humanos, Diversidade, Equidade e Inclusão na Gestão Pública e o cumprimento da meta definida no Plano de Ação da Rede Equidade, Eixo Gestão da Diversidade, de promoção de um seminário anual para disseminar as boas práticas envolvendo a alta administração. Além disso, colaborou com o aprimoramento dos índices de governança e políticas inclusivas dos órgãos participantes.

Os conteúdos abordados no Seminário foram:

- Diversidade, Equidade e Inclusão e suas dimensões na esfera pública;
- Boas práticas na Gestão da Diversidade, Equidade e Inclusão no setor público;
- Como a Gestão da Diversidade, Equidade e Inclusão pode impulsionar a agenda dos ODS nas Organizações?
- Mulheres refugiadas e Os Direitos Humanos.

Secretaria de Editoração
e Publicações



Comitê para promoção da Igualdade de
Gênero e Raça

SENADO FEDERAL

